AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 08 | AGOSTO 2018 | R$ 15,00



BORRACHA

CICLO DE BAIXA NOS PREÇOS VAI AFASTAR PARTE DOS PRODUTORES

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

ETANOL VENDA DIRETA: VEJA O MELHOR CAMINHO

FERTILIZANTES ESPECIAIS AGREGAÇÃO DE VALOR NA NUTRIÇÃO VEGETAL

BIOGÁS OPÇÃO DE RENDA NO CAMPO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

CICLO DE BAIXA DA BORRACHA

EM POUCOS meses, o Brasil vivenciará mais um processo eleitoral, em que serão definidos os principais cargos dos poderes Executivo e Legislativo em âmbito federal e estadual: presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. O novo ciclo que se iniciará no Brasil a partir do início do ano que vem será um dos mais desafiadores desde o processo de redemocratização.

A herança que o próximo presidente receberá no campo econômico, em 2019, não será das melhores. Além disso, haverá pouco tempo de trégua antes de ele ser cobrado pela população acerca de uma solução efetiva para os problemas econômicos. Para o seu sucesso, contarão muito a sua capacidade de articulação junto ao Legislativo e a sua capacidade de promover reformas.

No setor produtivo, a indústria brasileira de borracha passa por um momento delicado. O mercado sofreu uma mudança radical quando em comparação ao cenário do começo da década. Com o aumento das plantações de seringueira acima do previsto por alguns países asiáticos, há uma superoferta do produto no mercado mundial, o que provoca a queda nos preços. Em São Paulo, maior estado produtor, o preço do coágulo não cobre os custos de produção. Para os produtores que empregam alta tecnologia, a tendência é uma volta mais rápida ao equilíbrio; para os demais, pode ser difícil continuar na atividade.

O biogás, produzido pela digestão anaeróbica controlada de material orgânico, é uma das melhores alternativas para a produção de energia renovável: contribui significativamente para a redução da emissão de gases do efeito estufa, além de gerar energia elétrica e produzir biofertilizantes. Com algum tratamento, pode transformar-se em biometano, praticamente indistinguível de gás natural. Desta forma, o biogás permite a transformação de um passivo ambiental em um ativo energético relevante. Segundo a Associação Brasileira do Biogás e do Biometano (ABiogás), somente o setor sucroenergético teria o potencial de produzir 56 milhões de metros cúbicos de biometano por dia – o equivalente a metade do consumo de óleo diesel do setor agropecuário – ou adicionar uma capacidade de geração elétrica de mais de 10.500 megawatts, o que é quase 80% da capacidade da usina de Itaipu.

Sobre o mercado de combustíveis, a discussão do momento é sobre a venda direta de etanol, sem passar pelas distribuidoras, como uma possível maneira de reduzir o preço ao consumidor. O tema é regulado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que determina a obrigatoriedade de comercialização em todos os elos: produtor-distribuidor-revenda. A venda direta pode ter impactos dos pontos de vista empresarial e de políticas públicas, e tais impactos precisam ser entendidos e debatidos.

Atento à atual dinâmica dos negócios realizados entre produtores rurais, agentes intermediários e instituições financeiras, o Banco Central do Brasil (BACEN) baixou a Resolução nº 4.631, em 22 de fevereiro de 2018. A norma permite a contratação de agente como intermediário no fluxo de negócios e no cadastramento de produtores nas operações definidas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Esse procedimento indica o início de uma revolução no ambiente da distribuição de insumos, pois existem mais de 1.500 distribuidores de insumos em condições de prestar serviço no setor bancário, o que ampliará as assistências técnica e financeira nas modalidades de crédito rural e seguros. O setor, antes voltado apenas para mediar vendas, muitas vezes com margens apertadas, reinventa-se de forma gradual.

Ainda sobre crédito para o agro, o SNCR estabelece as regras para os agentes financeiros suprirem a agricultura de recursos nas operações de custeio, investimento, comercialização e industrialização. Com a queda na taxa básica de juros (Selic), outras linhas de crédito mais flexíveis, como os Créditos Diretos ao Consumidor (CDC), concorrem com o crédito rural. Presente em todas as unidades federativas, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), com 4,1 milhões de cooperados, possui significativa participação nacional e grande capilaridade.

O nitrogênio é uma das tecnologias vitais para a produção agrícola. Apesar da possibilidade de aplicação de fertilizantes nitrogenados, a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), que utiliza simbiose entre planta e microrganismos, tornou-se a principal fonte de nitrogênio das leguminosas. Esta é a tecnologia mais rentável para o agricultor, com uma relação custo-benefício única no cenário agrícola. Estima-se que a dispensa do uso de fertilizantes nitrogenados na cultura de soja, via a aplicação de inoculantes (insumo fornecedor da bactéria para a FBN), gera uma diminuição da importação de nitrogenados da ordem de US$ 7 bilhões a US$ 10 bilhões, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Com todo o conhecimento e a experiência adquiridos na carreira diplomática junto ao Itamaraty, Rubens Barbosa participa da entrevista do mês. O ex-embaixador nos Estados Unidos e no Reino Unido oferece uma visão atualizada sobre a geopolítica global. A decisão do governo brasileiro de acessar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) obrigará o País a ajustar-se a alguns dos cerca de 240 acordos, códigos e regulamentos em vigor. Na sua perspectiva, educação, tecnologia e inovação devem estar no topo da lista de prioridades do Governo e do setor privado.

O Caderno Especial da Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo) na ***Agroanalysis*** completa a sua décima edição. Ao longo desse tempo, foram trazidas informações de qualidade para os públicos ligados direta e indiretamente à cadeia de nutrição vegetal; mensagens para trazer competitividade ao produtor, às empresas associadas e ao agronegócio nacional. A entidade comemora o décimo quinto aniversário. A cada ano, os seus levantamentos e as suas pesquisas captam dados para construir um histórico de conhecimento sobre o setor. São informações preciosas para a formulação de cenários e a elaboração de planejamentos estratégicos. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
RUBENS BARBOSA
DE VOLTA AOS FLUXOS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS GLOBAIS

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
A ECONOMIA E A POLÍTICA

14 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 CAPA MERCADO DA BORRACHA
QUEDA NO PREÇO DO LÁTEX

19 CAPA ETANOL
O DEBATE SOBRE A VENDA DIRETA AOS POSTOS

22 CAPA BIOGÁS DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS
INCREMENTAR A RENDA E A SUSTENTABILIDADE NO CAMPO

24 POLÍTICA AGRÍCOLA

24 FINANCIAMENTO RURAL
O DISTRIBUIDOR DE INSUMOS COMO AGENTE DE CRÉDITO

26 CONTEÚDO ESPECIAL

26 BANCOOB
DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO

31 CAPA ABISOLO
ADOÇÃO DA TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL

39 ANPII
IMPORTÂNCIA DOS INOCULANTES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

42 FAESP
MEDIDA PROVISÓRIA DO FRETE NA PAUTA DO SUPREMO

43 ANDEF
A IMPORTÂNCIA DOS DEFENSIVOS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SEGUROS

44 COLUNAS

44 DIÁRIO DE BORDO
AÇÚCAR SEM DOÇURA

45 PRODUZIR
NOVO DESAFIO PARA O PECUARISTA BRASILEIRO

46 OPINIÃO
EM DEFESA DA CIÊNCIA: COMBATENDO O TEATRO DO ABSURDO

47 OPINIÃO
DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: MAL A SER COMBATIDO

49 REFLEXÃO
PONDERAÇÕES

50 ESTATÍSTICA

DE VOLTA AOS FLUXOS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS GLOBAIS

RUBENS BARBOSA

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR (IRICE)

DA REDAÇÃO

Na presidência do IRICE – cujo objetivo é promover estudos e debates sobre os diferentes aspectos das relações internacionais –, Rubens Barbosa traz para os leitores toda a bagagem de uma carreira diplomática no Itamaraty. Ex-embaixador nos Estados Unidos e no Reino Unido, ele oferece uma visão atualizada sobre a geopolítica global. Na sua perspectiva, a decisão do governo brasileiro de acessar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) obrigará o País a ajustar-se a alguns dos cerca de 240 acordos, códigos e regulamentos em vigor. Para o benefício e a qualificação do agronegócio nacional, o entrevistado é, também, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo).

VIVEMOS EM TEMPOS DE UMA NOVA GEOPOLÍTICA GLOBAL?

RUBENS BARBOSA: A geopolítica interpreta os fatos da atualidade e do desenvolvimento político dos países, bem como procura compreender e explicar os conflitos internacionais e as principais questões em curso a partir do nosso território, do Produto Interno Bruto (PIB) e da população. As mudanças mundiais correntes incorporam três novas dimensões à geopolítica: a construção de espaços regionais; o crescimento da digitalização; e a globalização dos fluxos de capitais e investimentos.

O regionalismo, assim, afirma-se como uma resposta à globalização. Já os ciclos cada vez mais



ABITRIGO

rápidos da tecnologia avançam na indústria (4.0), nos serviços (*e-commerce*) e nas comunicações. As respostas dos movimentos sociais, com a internet e a televisão, tornam-se quase instantâneas. Tudo isso causa grande impacto na política dos países. Neste século, o Brasil está ficando fora dos avanços nessas três áreas da nova geopolítica.

COMO REVERTER ESSE QUADRO?

RB: Na verdade, a era do conhecimento impacta com muita força todas as economias. Educação, tecnologia e inovação devem estar no topo da lista de prioridades do Governo e do setor privado. As mudanças nas percepções e nas políticas são difíceis de serem acompanhadas se não houver predisposição para alterar velhas práticas beneficiadoras de muitos setores com restrições ao intercâmbio com o resto do mundo.

Os mega-acordos negociados na Ásia (Parceria Transpacífica – TPP, na sigla em inglês) e na Europa (acordo entre União Europeia e Japão) passaram a incorporar novas regras sem discussão multilateral na Organização Mundial do Comércio (OMC). Para voltar a participar do jogo, o Brasil terá de pagar um preço, como vemos nas negociações do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com a União Europeia (UE).

> “AGORA, PARECE QUE AS CONVERSAS ENTRE O MERCOSUL E A UE TENDEM A UM DENOMINADOR COMUM.”

COMO AVANÇA O ACORDO DE LIVRE-COMÉRCIO ENTRE ESSES DOIS BLOCOS?

RB: Nesses quase vinte anos de negociações, assistimos a períodos positivos e de ventos a favor e outros momentos desfavoráveis e de retrocesso. Agora, parece que as conversas entre o MERCOSUL e a UE tendem a um denominador comum. Os obstáculos existentes entre os dois lados diminuem, e ambos estão, aparentemente, flexibilizando as suas posições. Essa é uma boa perspectiva, se essa tendência prevalecer nos próximos meses.

Vemos progressos na análise das ofertas agrícolas, sempre com o envolvimento de produtos mais sensíveis à fixação de quota, bem como nos acordos sobre bens e serviços nas compras governamentais e nas regras técnicas (barreiras tarifárias, não tarifárias, sanitárias, fitossanitárias). Em outros temas, prevalecem algumas pendências, como, por exemplo, nas operações de *drawback*, propriedade intelectual, indicação geográfica, precaução (desenvolvimento sustentável) e comércio eletrônico e nos setores automotivo e lácteo.

TEMOS PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS?

RB: Se, de fato, as conversas em nível técnico caminharem no sentido de uma redução na quantidade de temas ainda pendentes, podemos ter uma visão otimista. A partir daí, tudo dependerá das concessões de cada parte. Isso passa muito pela vontade política. Estamos aguardando uma reunião política entre os ministros e os técnicos do MERCOSUL para acertarem detalhes conclusivos que permitam o encontro no âmbito ministerial, com a discussão e o anúncio de um “pré-acordo político”. Depois, os técnicos formulam os ajustes e compõem o texto final.

De qualquer forma, o prazo para definição desse acordo comercial é curto quando se olha para as eleições para presidente, governadores e parlamentares do Congresso, a serem realizadas no Brasil em outubro. Do ponto de vista do MERCOSUL e, em particular, do Brasil, a assinatura do pacto no atual governo seria preferível. Se a UE decidir

> “EXISTE (...) UM BOM ESPAÇO DE TEMPO PARA O BRASIL SE MODERNIZAR COM A IMPLEMENTAÇÃO DAS REFORMAS NECESSÁRIAS.”

aguardar pelo novo governo, teremos alguns meses de atraso. Ficará, em qualquer caso, para o próximo governo o compromisso de realizar a implementação.

QUAL É O PRAZO PARA A CONCLUSÃO DESSE PROCESSO?

RB: Existe uma série de passos a serem cumpridos. Depois da assinatura do documento, o instrumento legal deverá ser traduzido para a língua dos 27 países-membros da UE. Essa tarefa consumirá um ano. A seguir, há mais um ano para a ratificação pelo Parlamento Europeu e pelos Congressos dos países-membros do MERCOSUL. Tendo em conta esses procedimentos, o acerto que vier a ser assinado apenas começará a vigorar em 2021. É interessante ter em vista que os produtos sensíveis de ambas as partes terão as suas tarifas zeradas somente depois de dez anos. Logo, o pacto, a rigor, terá impacto daqui a quinze anos.

Existe, portanto, um bom espaço de tempo para o Brasil se modernizar com a implementação das reformas necessárias. Temos de olhar esse acordo pelos seus efeitos, em especial o de colocar fim ao isolamento nacional nas negociações comerciais. Isso nos obrigará, ainda, a um alinhamento de nossas regras e regulamentos com as práticas existentes no mundo. Além de abrirmos as possibilidades de ampliação da cooperação comercial, os produtos brasileiros passarão a gozar de preferências tarifárias no mercado europeu.

ESSE ACORDO AJUDA NAS REFORMAS INTERNAS?

RB: Sabemos que a nossa política industrial, nos últimos cinquenta anos, não facilitou o acompanhamento das rápidas transformações ocorridas na era do conhecimento. A grande maioria das empresas não absorveu os avanços tecnológicos e de inovação. O resultado foi a perda de espaço das manufaturas nacionais nos mercados mais dinâmicos. A produção nacional foi seriamente afetada pela concorrência externa. Esse quadro ficou ainda mais dramático pelo fim dos subsídios, das desonerações e do crédito fácil. Não por uma questão ideológica, mas sim pelo fato de o Estado brasileiro estar quebrado.

Nesse sentido, a conclusão da negociação do MERCOSUL com a UE deve ser encarada de forma positiva no contexto da discussão sobre as reformas estruturais, como a trabalhista, a tributária e a da previdência social. Devem ser considerados da mesma forma avanços nos entendimentos com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês) e a Índia e tratativas com o Canadá, o Japão e a Coreia. As medidas adicionais de facilitação do comércio e da infraestrutura e de redução da interferência do Estado nas atividades empresariais aumentarão a competitividade dos produtos brasileiros. Essa é a forma para enfrentar a presença agressiva de produtos do exterior no mercado interno e conquistar mercados nos grandes blocos regionais.

É UM CAMINHO SEM VOLTA?

RB: As evidências mostram que sim. As questões levantadas pela OMC contra a política industrial nas áreas automotriz e de informática são um exemplo claro disso. Estamos sendo obrigados a fazer ajustes para adequar a nossa legislação às regras globais. Além disso, as negociações de

acordos comerciais, como no caso da UE, fazem o Brasil ter de se incorporar às regulamentações existentes no resto do mundo.

A decisão do governo brasileiro de acessar a OCDE obrigará o País a ajustar-se a alguns dos cerca de 240 acordos, códigos e regulamentos em vigor. Dentro dessa linha, a partir de 2019, dependendo do resultado das eleições, o futuro governo poderá examinar concretamente a possibilidade de se associar à TPP, com o Japão, países asiáticos e países da Aliança do Pacífico.

QUAL É AGENDA FUTURA?

RB: O próximo governo, eleito nas eleições deste ano, não poderá deixar de levar em conta a projeção externa do Brasil como uma das dez maiores economias do mundo. Essa questão terá implicações nas políticas econômica, industrial e de comércio internacional e na diplomacia externa. Será fundamental incorporar uma visão no médio e no longo prazos sobre o impacto das novas tendências geopolíticas para o Brasil.

Os políticos sempre relegaram a área externa a um distante segundo plano. Hoje, o crescimento econômico está cada vez mais influenciado pelos acontecimentos mundiais. A formulação das políticas econômica e de comércio exterior precisa estar alinhada. Somente assim o Brasil voltará a se inserir nos fluxos dinâmicos da economia e do comércio exterior globais. ■

> “OS POLÍTICOS SEMPRE RELEGARAM A ÁREA EXTERNA A UM DISTANTE SEGUNDO PLANO.”



ABITRIGO

FRASES & COMENTÁRIOS



Produtores brasileiros viram nos produtos geneticamente modificados aliados para controlar insetos e plantas daninhas. Além disso, eles aumentam a produtividade e preservam o meio ambiente.”

“Essa combinação de viabilidade econômica e responsabilidade ambiental é um dos principais motivos da rápida adoção dessa tecnologia no Brasil.”

ADRIANA BRONDANI, diretora executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB)

“O governo não tem a intenção de mudar nenhuma regra com relação ao rebaixamento das *retenciones* [impostos] nas exportações agropecuárias.”

MAURICIO MACRI, presidente da Argentina

“As *retenciones* prejudicam o potencial exportador e a entrada de divisas no país.”

DARDO CHIESA, presidente da Confederação Rural da Argentina (CRA)

“Os embarques nacionais de suco de laranja para os Estados Unidos aumentaram 83% na safra 2017/18 em comparação aos da anterior. Os americanos tiveram problemas agrícolas com o efeito do furacão Irma, e o Brasil exportou menos por causa de uma colheita menor.”

IBIAPABA NETTO, diretor executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (Citrus BR)

“Temos de descobrir como alimentar os mais pobres de forma mais produtiva e ensiná-los a fazer a transição para um estilo de vida independente.”

SONNY PERDUE, secretário de Agricultura dos Estados Unidos, sobre a Farm Bill 2018-2023

“A Lei nº 4.829/65, que institucionalizou o sistema nacional de crédito rural, precisa acompanhar as modernidades das transações financeiras, com processo eletrônico para emissão e assinatura digital das células de crédito rural.”

COVATTI FILHO, deputado federal (PP/RS), coordenador de Política Agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e autor do Projeto de Lei (PL) nº 10.499/18, que tem como objetivo modernizar a legislação do crédito rural no Brasil

“O preço mínimo é o valor necessário para cobrir os custos de produção, e não para garantir margem de lucro como muitos produtores entendem.”

WILSON VAZ DE ARAÚJO, secretário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA)

A ECONOMIA E A POLÍTICA

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

DAQUI A poucos meses, o Brasil vivenciará mais um processo eleitoral, em que serão definidos os principais cargos dos poderes Executivo e Legislativo em âmbito federal e estadual. Em breve, serão conhecidos os nomes que comandarão o País pelos próximos quatro anos: presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais.

O novo ciclo que se iniciará no Brasil a partir do início do ano que vem será um dos mais desafiadores desde o processo de redemocratização, sendo comparável ao da consolidação da estabilização da inflação em patamar baixo no governo Fernando Henrique, iniciado em 1995.

De fato, o grande fator de incerteza após a eleição de 1994 ocorreu em 2002, em que a candidatura de Lula embutia um considerável grau de dúvida quanto à manutenção dos pilares da estabilização: responsabilidade fiscal, política monetária focada em manter a inflação baixa e regime de taxa de câmbio flutuante. A realidade dos fatos mostrou que o primeiro mandato do presidente Lula manteve esses parâmetros intocados. No entanto, a partir do seu segundo mandato, estes pilares foram gradativamente erodidos, particularmente o fiscal.

A transição do governo Lula para o governo Dilma Rousseff, a partir de 2010, ocorreu sem maiores sobressaltos, apesar dos sinais presentes de uma progressiva deterioração fiscal em curso naquele período. A abundância de capitais externos, em face das baixíssimas taxas de juros praticadas pelos países desenvolvidos, e os elevados preços internacionais das *commodities* levaram a uma expressiva oferta de dólares no mercado cambial brasileiro, o que acarretou uma forte apreciação da moeda brasileira. Com isso, o País experimentava não apenas a ausência de qualquer risco maior nas contas externas, como também menores pressões inflacionárias por conta da apreciação do real frente às demais moedas. Tal fenômeno contribuiu para o contínuo processo de expansão do crédito verificado desde 2005, que se materializou em um aumento do consumo das famílias.

O governo Dilma Rousseff aprofundou o processo de desalinhamento dos fundamentos econômicos em relação aos princípios de uma gestão de política econômica orientada para a estabilização econômica. Os princípios da "Nova Matriz Econômica" – que postulava a necessidade de resultados fiscais menos expressivos, uma taxa de juros mais orientada para estimular os negócios (ou seja, menos focada para o controle da inflação) e uma taxa de câmbio mais competitiva – representavam bem a lógica de um governo que foi pautado por uma experimentação na área econômica. Nesse sentido, as orientações de política econômica daquele período careciam de qualquer base sustentável no âmbito da Ciência Econômica.

O resultado desse período experimental inconsequente foi um profundo desajuste na economia brasileira, caracterizado por déficits fiscais elevadíssimos e insustentáveis, inflação alta e excesso de endividamento dos agentes privados (famílias e empresas).

A tentativa de inversão na área econômica, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, se mostrou insustentável ante um governo que foi reeleito com o compromisso de não mudar o que havia praticado nos quatro anos anteriores e que iria solucionar os problemas que surgiam na área econômica brevemente.

No entanto, os equívocos praticados nos anos anteriores cobraram seu preço de forma dura para o País. Além da inflação alta e do profundo desajuste fiscal, os estímulos excessivos ao crédito levaram a um altíssimo grau de endividamento das famílias, que passaram a não ter mais espaço no orçamento para ampliar seu consumo. Como resultado disso, o País enfrentou, nos últimos anos, a pior recessão verificada desde a Segunda Guerra Mundial.

Isso significa que a herança que o próximo presidente receberá no campo econômico, em 2019, não será das melhores: uma economia claudicante, com poucos sinais de retomada da demanda, baixos níveis de investimento produtivo e um profundo desajuste das contas públicas.

O próximo presidente terá pouco tempo de trégua antes de ser cobrado pela população acerca de uma solução efetiva para os problemas econômicos. Para o seu sucesso, contarão muito a sua capacidade de articulação junto ao Legislativo e a sua capacidade de promover reformas, particularmente aquelas que sinalizem para uma melhora no campo fiscal no longo prazo. ■



TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

DEFENSIVOS COM MARGENS APERTADAS

Combinado à valorização do dólar frente ao real, o cumprimento da legislação ambiental mais rigorosa encarece as importações de matéria-prima para a produção de defensivos. Por sua vez, a China, grande supridor do mercado internacional, deverá reduzir a oferta neste ano. A pressão de custo deverá refletir-se na rentabilidade da indústria, que forçará o repasse nos preços para os produtores. Em 2017, a queda no faturamento, em comparação a 2016, é explicada pelo estoque elevado carregado pelos distribuidores, com enfraquecimento nas cotações.

BRASIL: VENDA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
(US$ BILHÕES)

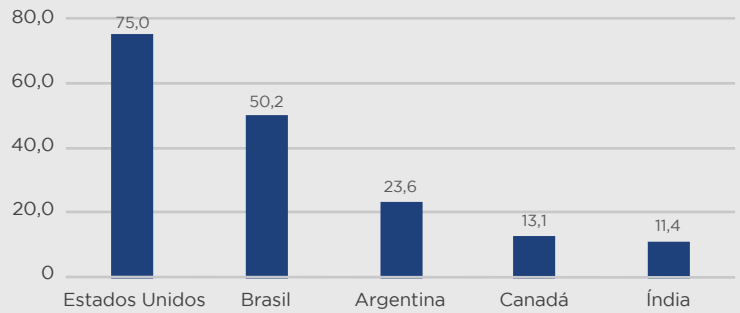
CATEGORIA	2016	2017	Var. %
Inseticidas	2,31	2,38	3,0%
Herbicidas	3,42	2,81	-17,8%
Fungicidas	3,25	2,44	-24,9%
Acaricidas	0,10	0,11	10,0%
Outros	0,48	1,15	139,6%
TOTAL	**9,56**	**8,89**	**-7,0%**

Fonte: SINDIVEG

ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

A área mundial das lavouras plantadas com sementes transgênicas cresceu 112 vezes entre 1996 e 2017, de 1,7 milhões para 189,8 milhões de hectares. Na história da agricultura moderna, essa foi a tecnologia de mais rápida adoção: cerca de 67 países a adotaram e outros 43 importaram.

***TOP* 5 NO USO DE TRANSGÊNICOS**
(MILHÕES DE HECTARES)



Fonte: ISAAA (2018)

ÁREA COM SOJA SUPERA A DE MILHO NOS EUA

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), nesta safra 2018/19, a área cultivada com soja (36,25 milhões de hectares) no país superará, pela primeira vez em 35 anos, o espaço reservado às lavouras de milho (36,05 milhões de hectares), que ainda é a *commodity* mais valorizada do país. As sobretaxas americanas aplicadas a produtos chineses são vistas com preocupação pelos agricultores. Sendo a China o maior importador e cliente dos Estados Unidos na soja, com compras anuais de R$ 12 bilhões, a retaliação virá com contratarifas direcionadas a produtos agrícolas americanos.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ ESPECIAL

Pelas estatísticas da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês), as exportações brasileiras de cafés especiais deverão alcançar 7,7 milhões de sacas neste ano. Os maiores importadores são Estados Unidos, Japão e países da Europa. Os seus consumidores possuem paladares mais exigentes com relação à acidez, à doçura e ao corpo ideal da bebida. As melhorias genéticas e nas práticas pós-colheita explicam a qualidade do produto, que possui valor cinco vezes superior ao do produto normal, este em torno de R$ 460,00 a saca.

CAMPANHA #UNIDOSCONTRAOGREENING

Tal campanha foi criada pelo Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) para unir os elos da cadeia produtiva de cítrus e a sociedade no enfrentamento do *greening*. A doença é transmitida por um inseto que vive nas árvores murta e cítrus. A citricultura gera 200 mil empregos diretos e indiretos. No estado da Flórida, nos Estados Unidos, em doze anos, a doença reduziu a produção em 54%, com prejuízos de US$ 9 bilhões e perda de 7.500 empregos.

IMPACTO DA DOENÇA NO CINTURÃO DE SÃO PAULO E TRIÂNGULO/SUDOESTE MINEIRO

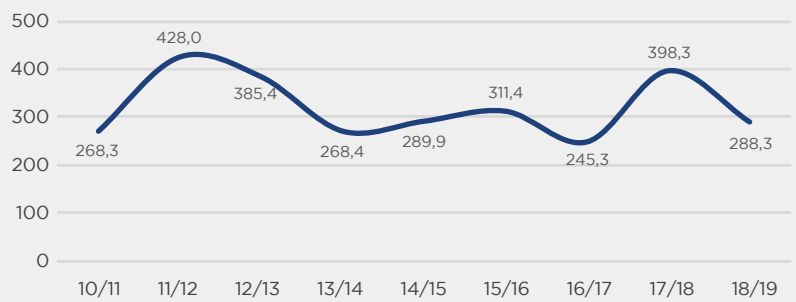
Plantas contaminadas	16,73%
Árvores contaminadas	32 milhões
Área erradicada	220 mil hectares
Árvores erradicadas	51,1 milhões

Fonte: Fundecitrus

QUEDA NA COLHEITA DE LARANJA

A safra de laranja 2018/19 no cinturão de São Paulo e Triângulo/Sudoeste Mineiro – que responde pela maior parte da produção de fruta destinada à indústria exportadora de suco do Brasil – deverá somar 288,3 milhões de caixas de 40,8 quilos, de acordo com a primeira estimativa do Fundecitrus. Foram registrados problemas nas floradas de algumas áreas produtoras. O elevado número de frutos da safra anterior, somado às condições desfavoráveis pelas altas temperaturas no mês de outubro, levou a um menor pegamento da florada principal nas regiões onde o florescimento foi mais tardio.

BRASIL: PRODUÇÃO DE LARANJA
(MILHÕES DE CAIXAS DE 40,8 QUILOS)



Fonte: Fundecitrus

ERRATA: apresentam-se aqui corrigidos dados das safras 2017/18 e 2018/19 que foram publicados na edição de junho de 2018 da *Agroanalysis*.

MERCADO DA BORRACHA

QUEDA NO PREÇO DO LÁTEX

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

A MAIOR oferta de látex no mercado mundial deverá continuar pressionando as cotações lá fora e, consequentemente, no mercado brasileiro. Segundo o Banco Mundial, a borracha natural, que chegou a estar cotada em mais de US$ 2.000 por tonelada em 2017 no mercado internacional, está, atualmente, sendo negociada próximo de US$ 1.800 por tonelada, tomando como referência o mercado asiático.

Para 2019 e 2020, as projeções apontam para preços abaixo de US$ 2.000 por tonelada no mercado internacional.

Em São Paulo, maior estado produtor, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), o preço de referência para o coágulo, que ultrapassou os R$ 3,00/kg no primeiro semestre de 2017, está, atualmente, abaixo dos R$ 2,20/kg, ou seja, não cobre os custos de produção, que, hoje, estão estimados em R$ 2,50/kg de coágulo no estado, considerando a produtividade de 2.800 kg (média tecnologia) de coágulo por hectare. Esse é o preço para o produto com Teor de Borracha Seca (TBS) de 53%, valor padrão do mercado. Caso a borracha contenha mais ou menos água, o valor pode subir ou descer.

Considerando a produção com alto emprego de tecnologia (3.200 kg de coágulo/ha, com TBS de 56%), para a receita se igualar ao custo de produção seria necessário um aumento de 4,4% no preço do



SHUTTERSTOCK

SÃO PAULO: CULTURA DE SERINGUEIRA

	Baixa tecnologia	Média tecnologia	Alta tecnologia
Produtividade (kg de coágulo/ha)	**2.200**	**2.800**	**3.200**
Custo de produção (R$/kg)*	2,32	2,50	2,61
Custo de produção total (R$/ha)	5.104,00	7.000,00	8.352,00
Preço do coágulo (R$/kg)*	2,00	2,20	2,50
Receita (R$/ha)	4.400,00	6.160,00	8.000,00
Resultado (R$/ha)	**-704,00**	**-840,00**	**-352,00**

* Julho de 2018
Fonte: Scot Consultoria

látex, ou seja, subir do valor atual de R$ 2,50/kg para R$ 2,61/kg. Esse valor foi atingido pela última vez um ano atrás, em julho de 2017. Para os produtores que utilizam alta produtividade, a tendência é a volta do equilíbrio. Toda *commodity* é assim: os ciclos de preço tiram os menos competitivos do mercado.

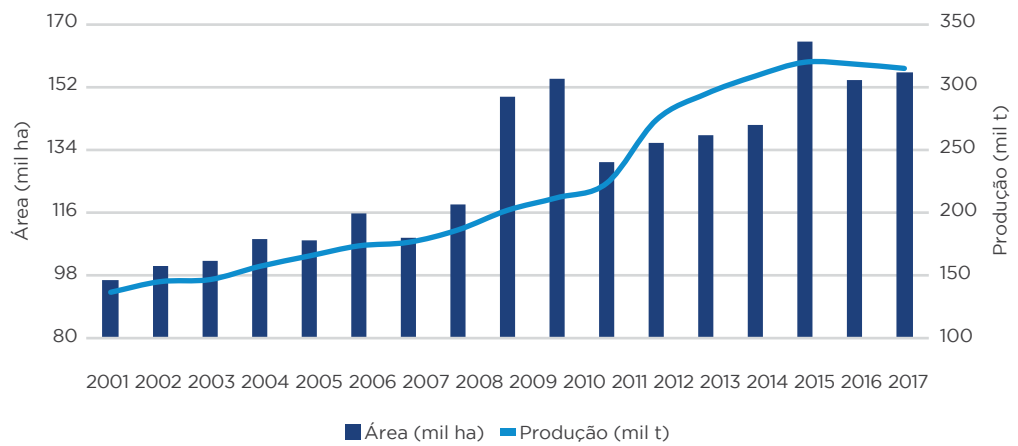
Um ponto importante é que o patamar atual do dólar valorizado diminui a competitividade do produto importado no mercado interno, ou seja, os preços pagos em reais estão mais elevados. Assim, como o Brasil depende das importações para atender a demanda interna, os preços mais elevados pagos pelo produto importado acabam balizando o nível de preços no mercado interno.

A economia brasileira se recuperando (ainda que a passos lentos) é um fator positivo para a demanda por borracha. Este fato, aliado à previsão de menor oferta no País, poderá trazer sustentação às cotações em médio e longo prazos.

CENÁRIO DA PRODUÇÃO

No início de 2017, a área de seringueira no País totalizou 156,06 mil hectares, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Houve crescimento de 1,4% em relação ao ano anterior, mas é importante destacar que, em São Paulo, principal produtor nacional, a área ficou praticamente estável (+0,2%) e, na Bahia, segundo maior

BRASIL: EVOLUÇÃO DA ÁREA DE SERINGUEIRA E PRODUÇÃO DE LÁTEX
(COÁGULO)



Fonte: IBGE; compilação pela Scot Consultoria

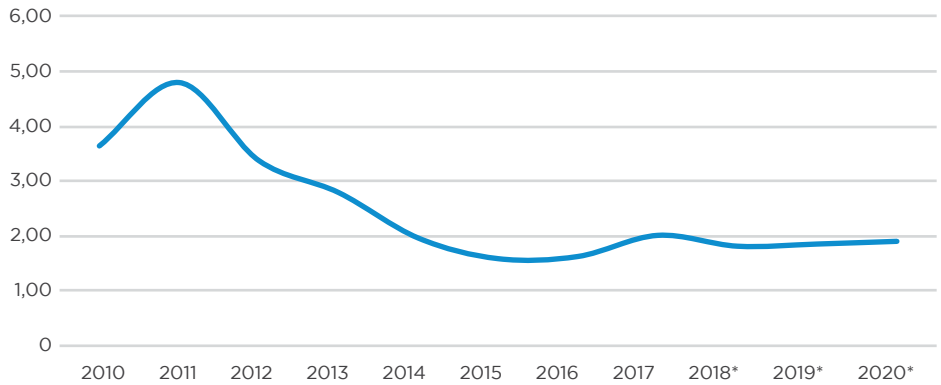
produtor, houve queda de 1,4% na área com a cultura. Mas, o crescimento das áreas em estados como Minas Gerais (12,1%), Goiás (10,6%) e Mato Grosso do Sul (65,8%) compensou, em parte, a manutenção ou a queda nas áreas nos principais estados produtores.

Os recuos nos preços do látex (coágulo) no mercado brasileiro e as margens estreitas da atividade têm desestimulado a expansão da área e a produção no País, além de refletir-se em baixos investimentos nos seringais nos últimos anos. Desta forma, em três anos, a área total com a cultura diminuiu 5,5% no País e a produtividade média caiu 1,6%.

A expectativa para 2018 é de que a cultura de seringueira deverá perder espaço no País, devido aos resultados ruins nos últimos anos. A área de seringueira no Brasil deve ficar próxima de 155 mil hectares neste ano.

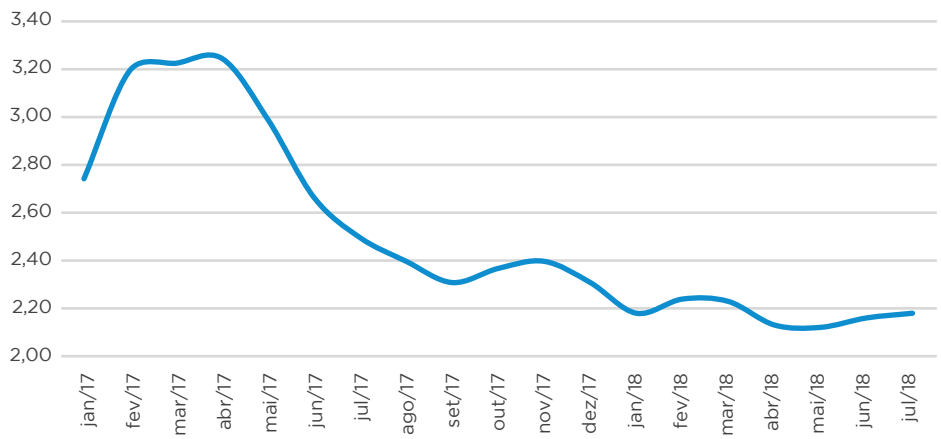
O Brasil depende das importações para atender a demanda interna. Por volta de dois terços do volume total consumido são importados. ■

PREÇOS MÉDIOS DA BORRACHA NATURAL NO MERCADO INTERNACIONAL
(NA MALÁSIA, EM US$/kg)



* Estimativa
Fonte: Banco Mundial

SÃO PAULO: PREÇO MÉDIO DO LÁTEX/ COÁGULO (PRC) PARA 53% DE TBS
(EM R$/kg)



Fonte: IEA

ETANOL

O DEBATE SOBRE A VENDA DIRETA AOS POSTOS

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

A VENDA direta sem passar pelas distribuidoras vem sendo debatida como uma possível maneira de reduzir o preço do etanol ao consumidor. O tema é regulado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que determina a obrigatoriedade de comercialização considerando todos os elos da cadeia de comercialização, produtor-distribuidor-revenda. A primeira questão é verificar se existe barreira efetiva à venda direta. Em princípio, o produtor pode constituir ou adquirir uma distribuidora, e, portanto, cabe verificar se existe barreira à entrada para a constituição, ou a transferência de titularidade, de uma distribuidora.

Do ponto de vista empresarial, a venda direta pode apresentar riscos. O etanol anidro, para ser misturado à gasolina, precisa passar por uma distribuidora, pois tecnicamente a mistura não pode ser realizada nos postos; portanto, o seu efeito limitar-se-ia ao etanol hidratado. No caso do hidratado, há, ainda, a segmentação entre os postos denominados de bandeira e os de bandeira "branca". Existem, no Brasil, 42.039 postos de revenda, dos quais 57,5% de bandeira e 42,5% de bandeira branca. No entanto, os postos de bandeira branca distribuem cerca de 20% do combustível comercializado. Como a relação entre as distribuidoras e os postos de bandeira é definida em contratos, a liberação, em grande parte do mercado, não atingirá postos de bandeira, limitando-se à parte do mercado de bandeira branca. Caso uma autoridade governamental resolva interferir nessa seara, certamente haverá judicialização.

A venda direta pode trazer como consequência, também, a regionalização da distribuição. Os produtores não dispõem de infraestrutura para a distribuição em escala, como frota, dutos, tanques, bases secundárias, instalações portuárias e sistema de cabotagem. Finalmente, é preciso avaliar se o esforço vale a recompensa. O objetivo seria capturar o resultado líquido da margem de distribuição, deduzidos os custos. Este resultado precisaria ser maior do que a recompensa por participar da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), pois, sem a existência da distribuidora como parte obrigada, não há como receber o pretendido benefício da venda do crédito de descarbonização, que é o estímulo para o aumento de produtividade. A venda direta é, portanto, inconsistente com o programa RenovaBio.

Do ponto de vista das políticas públicas, o objetivo deve ser assegurar a manutenção da distribuição, com qualidade, preservação da competição entre os agentes, capacidade de fiscalização e oferta do produto a baixo custo ao consumidor. No momento em que o RenovaBio se consolida e tem as distribuidoras como partes obrigadas, o debate sobre a venda direta pode atrapalhar a sua consolidação. Talvez, a preocupação real de alguns produtores pode estar relacionada à ineficiência gerada pelo denominado "passeio do etanol", quando, no processo de distribuição, são gerados custos de frete que poderiam ser evitados pelo envio do produto até bases secundárias de distribuição para, depois, retornarem a postos de revenda próximos à usina produtora. Esse, sim, pode ser o tema sobre o qual se carece de discussão mais acurada, e para o qual uma solução pode trazer maior competitividade para todos os produtores e um benefício real de redução de preço aos consumidores. ■

powered by anuga

www.anufoodbrazil.com.br



anufood brazil

All About Food

Feira Internacional Exclusiva
para o Setor de Alimentos e Bebidas

12-14 Março 2019

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

- AGRIFOODS
- MEAT
- CHILLED & FRESH FOOD
- DAIRY
- DRINKS & HOT BEVERAGES
- FINE FOOD
- BREAD & BAKERY
- ORGANIC
- SWEETS & SNACKS
- FOOD SERVICE

Parceria Estratégica

ABIA Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Coorganização

FGV EUROPE PROJETOS

Organização

koelnmesse

A diversificação do agronegócio do Brasil para o mundo

AGRIFOODS









Exclusiva plataforma Agrifoods

Encontre **compradores nacionais e internacionais** na única feira dedicada às empresas de vários segmentos do setor de alimentos e bebidas.





ANUFOOD Brazil estará presente no evento

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO ABAG E B3

EXPORTAR PARA SUSTENTAR

Garanta sua participação!

anufoodbrazil@koelnmesse.com.br | + 55 11 3874-0030

www.anufoodbrazil.com.br

Apoio:

abag ABIC ABICAB ABIEC abimapi ABIR

ABPA abrasel SP ANR IFB ITAL SistemaOCB UNICA

BIOGÁS DE RESÍDUOS AGROINDUSTRIAIS

INCREMENTAR A RENDA E A SUSTENTABILIDADE NO CAMPO

ARTUR YABE MILANEZ
Gerente do Departamento do Complexo Agroalimentar e Biocombustíveis do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

JOSÉ ANTONIO PEREIRA DE SOUZA
Economista do Departamento do Complexo Agroalimentar e Biocombustíveis do BNDES

O BIOGÁS, produzido pela digestão anaeróbica controlada de material orgânico, é uma das melhores alternativas para a produção de energia renovável. A evolução recente do produto no Brasil mostra que estamos nas fases iniciais de um crescimento significativo – o biogás foi, afinal, a terceira fonte de energia renovável com maior crescimento anual entre 1990 e 2015. O biogás contribui significativamente para a redução do lançamento de gases do efeito estufa como metano e CO_2 na atmosfera, além de participar da geração elétrica descentralizada, gerar renda e produzir biofertilizantes. Com algum tratamento, pode transformar-se em biometano, praticamente indistinguível de gás natural. Desta forma, o biogás permite a transformação de um passivo ambiental em um ativo energético relevante.



SHUTTERSTOCK

No conjunto de matérias-primas utilizáveis para a fabricação de biogás, os resíduos agroindustriais perfazem três quartos do potencial a ser explorado. Por isso, é importante a compreensão das maneiras possíveis para explorar e expandir o mercado de biogás. As experiências europeias e americanas das últimas décadas mostraram que o subsídio foi fundamental para a consolidação da produção, sobretudo na Alemanha e nos Estados Unidos (Califórnia). Além disso, políticas públicas consistentes – metas de redução de emissões, regime de créditos de carbono, incentivos à conversão de biomassa, por exemplo – direcionam e consolidam a utilização de biogás.

Em comparação a esses mercados desenvolvidos, o Brasil apresenta condições bastante propícias à expansão do biogás, podendo mesmo prescindir do volume de subsídios utilizado na Europa e nos Estados Unidos. Utilizando substratos orgânicos da agroindústria, bem como resíduos sólidos urbanos, a perspectiva nacional é bastante otimista. De fato, setores como o sucroenergético, no qual se gera um grande volume de resíduos orgânicos – tais

como a vinhaça e a torta de filtro, concentrados espacialmente em grandes unidades produtivas –, são especialmente favoráveis à produção de biogás. A avicultura, a suinocultura e, em grau menor, a pecuária bovina também dispõem de condições igualmente propícias ao biogás.

Além do emprego de biogás na geração de eletricidade renovável, com o desenvolvimento tecnológico de tratores e caminhões movidos a gás, abre-se uma excelente oportunidade para a substituição gradativa do diesel nas operações agropecuárias. Segundo a Associação Brasileira do Biogás e do Biometano (ABiogás), apenas o setor sucroenergético teria o potencial de produzir 56 milhões de metros cúbicos (m^3) de biometano por dia – o equivalente a metade do consumo de óleo diesel do setor agropecuário – ou adicionar uma capacidade de geração elétrica de mais de 10.500 megawatts (MW), o que é quase 80% da capacidade da usina de Itaipu.

Recentemente, surgiram projetos de investimento de grande porte, seja em usinas termoelétricas a biogás, seja em sistemas de tratamento de efluentes, que buscam consolidar as tecnologias disponíveis, o que evidencia o potencial do biogás como alternativa para incremento de renda no campo por meio da geração de energia renovável e da promoção da chamada agricultura de baixo carbono.

Diante desse contexto, o BNDES realizou um estudo para aprofundar o conhecimento sobre as oportunidades e as barreiras relacionadas ao maior aproveitamento do biogás no setor agroindustrial. O artigo completo foi publicado no BNDES Setorial 47, disponível para consulta no site do BNDES.

Entre as suas principais conclusões, o artigo aponta para a necessidade de avançar no equacionamento de alguns entraves atuais, como a falta de previsibilidade de um mercado descentralizado, e buscar pela compatibilização dos marcos regulatórios estadual e federal, pela disseminação das vantagens do produto e das condições principais para viabilidade técnico-financeira dos projetos, além do maior acesso ao financiamento para investimento em biodigestão.

Para este último ponto, cabe lembrar que o BNDES lançou recentemente novas condições de financiamento para o Programa Fundo Clima, que pode apoiar, com até R$ 30 milhões por projeto, investimentos na geração de energia elétrica ou na conversão energética a partir do uso de biomassa, incluindo a produção e a utilização de biogás para fins energéticos. Para projetos de menor porte, o BNDES oferece condições incentivadas por meio do Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (ABC), que pode financiar até R$ 5 milhões por beneficiário.

Ademais, o programa RenovaBio, do governo federal, desponta como um dinamizador ainda mais relevante, fornecendo regras claras e estáveis em um ambiente regulatório no qual são criados instrumentos para precificar a relação entre eficiência energética e emissões de gases. A criação de créditos de descarbonização, ativos financeiros negociáveis, pode impulsionar a produção de biogás, alavancando as condições favoráveis já presentes no nosso País.

Desta forma, uma vez estabelecido um arcabouço regulatório que incentive a sua maior inserção, o biogás terá papel fundamental a desempenhar no alcance das metas de redução de emissões de CO_2 definidas pelo Acordo de Paris e no aumento da competitividade e da sustentabilidade do setor agroindustrial do Brasil, além de contribuir para incrementar a renda e a sustentabilidade no campo. ■

POTENCIAL BRASILEIRO DE BIOMETANO POR FONTE

ORIGEM	Volume (milhões de m^3/dia)	Geração elétrica equivalente (MW)	Capacidade de substituição de diesel (milhões de litros/dia)
Sucroenergético	56	10.565	52,0
Alimentos	15	2.763	13,8
Saneamento	7	1.312	6,5

Fonte: ABiogás

FINANCIAMENTO RURAL

O DISTRIBUIDOR DE INSUMOS COMO AGENTE DE CRÉDITO

FERNANDO PIMENTEL
Gestor das plataformas Agrometrika e Agrodocs

RENATO BURANELLO
Advogado e sócio do VBSO Advogados

ATENTO À atual dinâmica dos negócios realizados entre produtores rurais, agentes intermediários e instituições financeiras, o Banco Central do Brasil (BACEN) baixou a Resolução nº 4.631, em 22 de fevereiro de 2018. A norma permite a contratação de agente como intermediário no fluxo de negócios e no cadastramento de produtores nas operações definidas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Esse procedimento indica o início de uma revolução no ambiente da distribuição de insumos. O setor, antes voltado apenas para mediar vendas, muitas vezes com margens apertadas, reinventa-se de forma gradual. Ao caminhar para a financeirização, com transações e prestação de serviços, fica mais próximo dos mercados de capitais e bancário.

As operações de troca (*barter*) evoluíram com a integração de operações estruturadas, tais como Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Viu-se, recentemente, um movimento de aquisições operadas por fundos de investimento no setor de distribuição de insumos agropecuários.

Um dos objetivos do BACEN é permitir maior capilaridade operacional, sobretudo para bancos de

IMPACTO DA RESOLUÇÃO Nº 4.631/18

Trata-se de uma regulamentação de fundamental importância para facilitar a obtenção de crédito rural pelos produtores, além de ampliar a oferta de instituições financeiras autorizadas a atuar no SNCR.

Do ponto de vista estratégico, facilita a oferta de crédito por agentes mais próximos ao produtor. Investir na governança operacional de risco ("bancabilidade") se tornou uma questão de sobrevivência. Os distribuidores de insumos já operam rotineiramente na concessão de crédito comercial, na venda de insumos a prazos longos aos seus clientes.

Na questão operacional, surge como uma grande oportunidade para as empresas agregarem o agenciamento de crédito ao seu portfólio de serviços. Com boa qualidade gerencial, as suas filiais poderiam representar mais de 2 mil unidades de negócios, em condições de realizar operações acima de R$ 30 bilhões.

FINALIDADES DO CRÉDITO RURAL

- Custeio: cobre despesas normais dos ciclos produtivos;
- Investimento: aplicação em bens e serviços, com desfrute por vários ciclos de produção;
- Comercialização: cobre despesas da fase posterior à colheita, na conversão em espécie dos títulos oriundos da venda ou na entrega pelos produtores ou pelas cooperativas.

menor porte, sem rede de agência nas localidades rurais. Desta forma, busca-se uma maior competitividade, com envolvimento de bancos de menor tradição no financiamento de produtores rurais. Essa estratégia surtirá bom efeito para a efetivação de negócios, com maior oferta de linhas de crédito e taxas de juros mais competitivas.

Ainda hoje, o crescimento da agricultura depende da oferta cada vez mais escassa de crédito subsidiado pelo Tesouro Nacional, em especial aos produtores de pequeno porte. Mas, se seguirmos com a tendência de baixa na taxa Selic, a necessidade de subvenção diminuirá e a oferta de outras linhas crescerá no campo.

Existem mais de 1.500 distribuidores de insumos em condições gerenciais de prestar serviço no setor bancário. Isso ampliará as assistências técnica e financeira nas modalidades de crédito rural e seguros. O próprio fluxo de caixa do distribuidor melhorará ao aumentar a porcentagem de vendas com pagamentos à vista por meio de uma nova estruturação financeira. Os produtores também ganharão, com uma nova via de captação de recursos, no horizonte de duas safras anuais.

Em 2016, os mercados de insumos movimentaram R$ 109,7 bilhões, distribuídos em sementes (R$ 10,3 bilhões), fertilizantes (R$ 54,5 bilhões), defensivos (R$ 33,3 bilhões) e outros produtos (R$ 11,6 bilhões). As vendas no setor de distribuição de insumos agropecuários corresponderam a 43,2%. ■

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AGENTE

- Preenchimento de dados cadastrais;
- Recepção, análise e encaminhamento de propostas, planos, projetos e documentos;
- Orientação sobre as normas do crédito rural, do seguro rural e do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), dentre outras;
- Fiscalização sob a integral responsabilidade da instituição financeira contratante;
- Notificação e envio de avisos de cobrança não judiciais ao produtor rural;
- Arquivo de documentação das operações de crédito rural na qualidade de fiel depositário.

BRASIL: VIAS DE COMERCIALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS

REGIÃO	Distribuidores
Centro-Oeste	897
Norte	450
Nordeste	1.148
Sudeste	1.374
Sul	1.470
Total (1)	**5.339**
Cooperativas (2)	**1.533**
Total geral (1 + 2)	**6.872**

Fonte: ANDAV



SHUTTERSTOCK

DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO

BANCOOB

Bancoob/Superintendência de Negócios e Desenvolvimento — Suned
Edição: Bancoob/Superintendência de Gestão Estratégica — Suest

AS EXPECTATIVAS da economia brasileira para os próximos anos seguem conectadas aos desdobramentos políticos do ano eleitoral de 2018. Ainda com o tímido crescimento da economia doméstica apresentado no primeiro semestre, as incertezas do cenário político poderão afetar as decisões de consumo e investimento e, com isso, impactar negativamente a atividade econômica.

A pequena melhora percebida é resultado, principalmente, das atividades relativas à agropecuária, que cresceu 1,4% apenas no primeiro trimestre em relação ao último trimestre de 2017, processo impulsionado pela safra de soja.

No Brasil, fatores como clima, solo, água, relevo e luminosidade corroboram, historicamente, as atividades relacionadas ao agronegócio e têm impulsionado a atividade econômica por sua magnitude. Por essa relevância, vem crescendo a mecanização no campo, processo que contribuiu para o aprimoramento das atividades rurais e resultou em maior eficiência para o negócio. Paralelamente a esse movimento, as pressões pela preservação ambiental vêm ganhando pauta no cenário político e, de certa forma, refletindo-se no produtor e na sua produção.

IMPACTO DA TECNOLOGIA

Essa *performance* ascendente do agronegócio brasileiro está ligada diretamente à capacidade de incremento na produção de grãos, fibras, energia, carnes, frutas, hortaliças, tubérculos, flores e piscicultura; culturas estas que não são exploradas

em sua totalidade potencial tanto em capacidade produtiva, quanto em áreas cultivadas. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Brasil cultiva apenas 7,6%[1] de suas terras, apresentando enorme potencial para ampliação da produção. Ao mesmo tempo e conforme dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), o Brasil é um dos países onde mais cresce a produtividade no campo, o que o tornou o quarto maior agroexportador do mundo.

Para a temporada 2018/19, o USDA prevê uma demanda mais aquecida para as principais *commodities*, favorecendo um resultado positivo da balança comercial. Mas, por estar em estágio inicial, talvez exista espaço para eventuais mudanças no balanço mundial de oferta e demanda. Este último tende a ser mais apertado em 2019, fator que deve gerar pressão de alta moderada sobre preços internacionais de produtos agrícolas, sobretudo nos mercados de soja e de milho.

Esse cenário traz à tona a percepção de que todos os envolvidos na cadeia do agronegócio estão logrando êxito. Contudo, apesar de as projeções indicarem aumento do setor, ao se segregar os entes da cadeia, não se nota o mesmo ritmo de desenvolvimento ou sucesso.

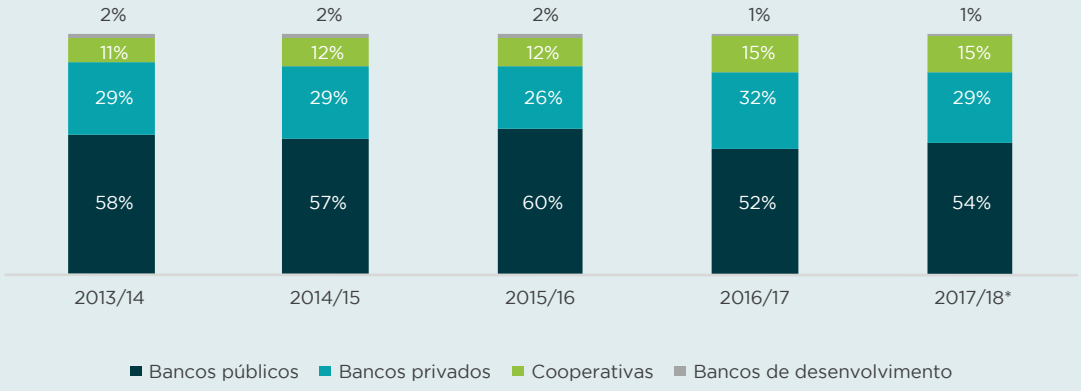
Ao se analisar o mercado de gado de leite, por exemplo, observa-se que, ao longo dos anos, foi incorporada a mecanização do processo produtivo, resultando em menor custo e maior eficiência. Por conta desse movimento, a concentração do setor foi inevitável, tendo o número de produtores reduzido pela metade[2]. Mesmo com esta concentração evidente, não se percebeu queda no abastecimento do mercado interno e, em vinte anos, a produção de leite cresceu 128%[3], chegando a 24,3 milhões de litros[3] em 2017, ante os 10,7 milhões de litros em 1997.

Além do crescente uso da tecnologia na cadeia produtiva de leite, a pecuária leiteira enfrenta outros percalços. Estes impactos refletem-se em todos os envolvidos na produção de leite e derivados.

Assim, observa-se, ano após ano, que os produtores rurais estão obtendo uma maior produtividade e um incremento em suas colheitas. Por consequência, conclui-se que esse resultado deveria significar maior renda agregada; no entanto, não é o que se observa na prática. As melhorias na produtividade advêm da maior utilização de tecnologias em todas as etapas do cultivo, desde a escolha das variedades plantadas, passando por tratamento da semente, manejo do plantio e condução da lavoura, até a caracterização da colheita.

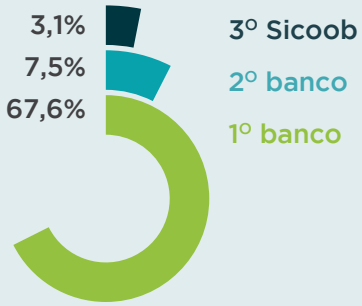
Toda essa tecnologia aplicada tem elevado custo financeiro, mas é fundamental para a manutenção do produtor e da sua atuação em um mercado cada vez mais competitivo e com menores margens financeiras na composição de seus resultados, os quais são comprometidos pelo movimento intermitente por investimentos. Isso deixa os produtores

SNCR SEGREGADO POR TIPO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



Fonte: BACEN; SCR, dados da safra 2017/18 apurados até março de 2018

MARKET SHARE DO SNCR



Fonte: BC e Sicoob Confederação e data-base: dez/2017

descobertos para momentos de quebra de safra, por ocasião de distúrbios climáticos, ataques de pragas, doenças ou, até mesmo, problemas de logística, que, muitas vezes, não permitem a recuperação econômica da atividade até que se conclua o período da colheita ou mesmo os levam à falência.

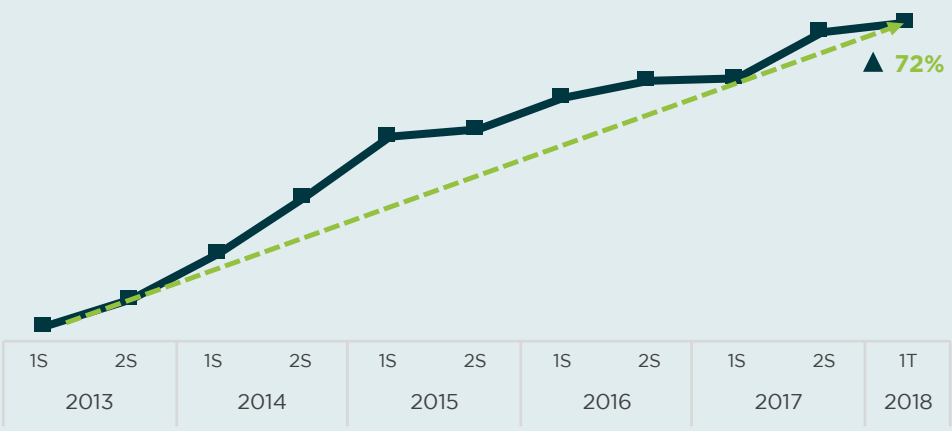
Para essas situações, nos Estados Unidos e em alguns países europeus, é mais comum que os produtores tenham a seu alcance diferentes modalidades de seguros, que vão desde seguros contra perdas de receita ou de produção até seguros de máquinas, vidas de animais e outros produtos mais complexos. Por sua vez, os produtores brasileiros tendem a não aderir a esse comportamento, vislumbrando não onerar as suas produções.

DESAFIOS NO CRÉDITO RURAL

O crédito rural no Brasil é o suprimento de recursos financeiros por instituições pertencentes ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para aplicações nas finalidades de custeio, investimento, comercialização e industrialização.

Atualmente, o crédito rural passa por um dilema. Cada vez mais burocrático e sem acompanhar as oscilações da taxa básica do mercado (Selic), concorre com outras linhas de crédito, menos burocráticas, como os Créditos Diretos ao Consumidor (CDC). Com a Selic de aproximadamente 6,5% a.a., valor muito próximo às taxas controladas do crédito rural com incentivo do Governo, que giram em

FINANCIAMENTOS RURAIS E AGROINDUSTRIAIS



Fonte: Sicoob (2017)

torno de 5,5%, os produtores têm buscado outras fontes de recurso, mais fáceis e tempestivas, de acesso ao crédito.

REFLEXOS NO COOPERATIVISMO

Historicamente, o crédito rural é ofertado basicamente por quatro grandes bancos, e, a fim de democratizar o seu acesso, as cooperativas financeiras assumem o papel fundamental de distribuição de crédito adequado a todo o setor agropecuário, com maior capilaridade.

Agrupadas em sistemas ou solteiras, as cooperativas financeiras possuem 3,1% de *market share* do SNCR, tornando-se o terceiro repassador de crédito rural do país. Grande parte destas cooperativas é advinda da ramificação de cooperativas de produção e, por isso, tem afinidades com a atividade econômica do agronegócio.

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), com 4,1 milhões de cooperados[4], é um dos sistemas com maior participação nacional e com grande capilaridade, estando presente em todas as unidades federativas, sendo 1.592 municípios[4] – dos quais 205[4] exclusivamente. Reúne atributos que o posicionam como forte aliado do desenvolvimento socioeconômico do país, destacadamente junto ao público empreendedor rural, com 57% das liberações de operações de crédito realizadas no interior do Brasil.

Com 2,7 mil pontos de atendimento[4], o Sicoob tornou-se a quinta maior rede no país em 2017, garantindo uma parceria mais efetiva com pequenos e médios produtores e se transformando em um parceiro de todas as cadeias produtivas do agronegócio, auxiliando nos desafios e nos anseios dos cooperados-produtores.

O Sicoob tem mais de R$ 12 bilhões aplicados no agronegócio. Estes recursos são alocados para todos os portes de produtores rurais, desde o pequeno produtor rural ao grande produtor ou agricultor empresarial. Suporta, também, grandes empresas, cooperativas de produção e demais entes da cadeia do agronegócio. Além do porte, leva-se em conta o enquadramento nos programas do governo federal, atendendo o público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

SHUTTERSTOCK



(Pronamp), bem como os demais beneficiários do crédito rural.

São utilizados como *funding* para as operações de crédito rural recursos próprios livres, recursos obrigatórios, recursos equalizáveis, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A utilização desses recursos é distribuída conforme a necessidade do cooperado, permitindo maior flexibilidade na contratação das operações.

O Sicoob, por ser uma instituição sem fins lucrativos, oferta produtos e serviços financeiros em condições comerciais diferenciadas do mercado, de forma a promover justiça financeira, e reverte o resultado para o cooperado e a sua comunidade. Essa aplicação de recursos é o sétimo princípio do cooperativismo financeiro, que tem por essência o desenvolvimento da comunidade em que a cooperativa está inserida, contribuindo para o desenvolvimento das atividades sociais e comunitárias da região.

As operações realizadas no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) são amparadas e garantidas pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), criado para igualar as condições de competitividade com os bancos comerciais, protegendo depositantes e investidores das instituições associadas, para valores até R$ 250.000,00, ampliando a credibilidade do SNCC.

O Sicoob tem por atuação primária o crédito rural, mas, hoje, já oferece aos seus cooperados uma completa cesta de produtos e serviços financeiros, tais como cartões de crédito, crédito pessoal, crédito imobiliário, consórcios, investimentos, previdência, seguros e soluções em adquirência.

Preocupado sempre em proporcionar ao seu cooperado a melhor experiência e focado em ser a principal instituição financeira de seus associados, o Sicoob passará, em 2018, a oferecer serviços de câmbio e conta virtual. Faça parte! ■

1 Fonte: Embrapa (nov. 2017), dados confirmados pela NASA, apenas áreas de cultivo, excluindo plantios de reflorestamento e plantação de eucaliptos e agropecuária

2 VILELA, D. *et al.* A evolução do leite no Brasil em cinco décadas. *Revista Política Agrícola*, ano XXVI, n. 1, jan./fev./mar. 2017

3 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Quantidade de leite cru, resfriado ou não, adquirido, somados os quatro trimestres do ano de 2017. Consulta em: 26 jun. 2018

4 Fonte: SICOOB CONFEDERAÇÃO. Data-base: 31 dez. 2017



Fonte: Sicoob (2017)

SHUTTERSTOCK



ADOÇÃO DA TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL

Empreender e aprimorar



CLORIALDO ROBERTO LEVRERO
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE TECNOLOGIA EM NUTRIÇÃO VEGETAL (ABISOLO)

A parceria da Abisolo com a ***Agroanalysis*** completa a sua décima edição. Ao longo desse tempo, seguimos convictos da nossa missão de levar informações de qualidade para os públicos ligados direta e indiretamente à cadeia de nutrição vegetal. Buscamos sempre transmitir mensagens e contribuir de forma decisiva para o aumento da qualidade, da eficiência e da sustentabilidade da produção agrícola brasileira.

A entidade comemora, neste ano, o seu décimo quinto aniversário. Por meio de levantamentos e pesquisas, captamos dados para construirmos um histórico de conhecimento sobre o setor. São informações preciosas que utilizamos para a formulação de cenários e a elaboração de planejamentos estratégicos. O futuro deixa de ser um mundo oculto e ganha perspectiva de entendimento.

Entre os anos de 2010 e 2013, o negócio brasileiro de fertilizantes especiais cresceu a uma taxa anual de 15% em volume e faturamento. Os indicadores apontavam, ainda, a manutenção de um ritmo de crescimento forte para os próximos anos. Como isso veio a se confirmar na prática, ganhamos visibilidade, agregamos valor e conquistamos credibilidade nos nossos serviços de inteligência de mercado.

De fato, a movimentação de 2014, que girou em torno de R$ 4,4 bilhões, foi para R$ 5,2 bilhões em 2015, ou seja, mais 18%. O valor passou para R$ 5,8 bilhões (+12%) e R$ 6,3 bilhões (+9%), respectivamente, em 2016 e 2017. Teve-se, então, uma média de crescimento de 10,75% ao ano.

Esse desempenho do setor deve ser considerado como muito positivo, tendo em vista o período de crise econômica, com queda no Produto Interno Bruto (PIB) nacional nos anos de 2014, 2015 e 2016. Para 2018, apesar de ser um tanto prematuro fazer uma projeção mais apurada, as primeiras sondagens apontam para um incremento acima da média dos últimos anos.


Biovalens
Biotecnologia
A nova força no controle biológico da sua lavoura.
A Biovalens possui excelência em soluções de biodefensivos para o controle de pragas e doenças de plantas, proporcionando o aumento da qualidade e produção de alimentos sustentáveis.
VITTIA
GRUPO
Biosoja
Agrociência
SAMARITÁ
AGROCIÊNCIA
GRANORTE
FERTILIZANTES
Biovalens
Biotecnologia

Trabalhar em cima da taxa de adoção

Temos observado um aumento na percepção dos agricultores quanto à necessidade de ganharem cada vez mais competitividade, na busca da melhoria da produtividade e da qualidade, sem onerar o custo final do produto. Como a utilização das tecnologias em nutrição vegetal mostra resultados excepcionais, ano a ano, o índice de adoção em grandes culturas como soja, milho e cana somente aumenta.

Nessa direção, a taxa de adoção de produtos com tecnologia em nutrição vegetal deve aumentar, bem como em outras regiões, como, por exemplo, a América do Norte.

Assim, cresce a oferta de novos ativos e processos para otimizar a disponibilidade e a capacidade de absorção dos nutrientes. A promoção da bioatividade auxilia a planta a expressar o seu máximo potencial genético, em termos de maior tolerância à incidência de doenças. A indústria investe em processos e insumos para racionalizar o uso do solo e a sustentabilidade do sistema produtivo.

Importância do setor para a agricultura brasileira

Apoiamos as mais diversas iniciativas para a validação científica das tecnologias do setor e focamos de forma prioritária a difusão dos resultados. Participamos da interlocução junto aos vários agentes reguladores para o estabelecimento de regras compatíveis com as tecnologias. Com aumento no índice de adoção, estamos cientes dos benefícios auferidos pelos agricultores e pelo agronegócio nacional.

Esse trabalho é de responsabilidade das empresas e está vinculado à estratégia de cada uma, mas a Abisolo tem feito esforços para fomentar cada vez mais a adoção da tecnologia em nutrição vegetal por meio de:

- Fomento de ações para facilitar a compreensão e o entendimento das tecnologias, por meio



de treinamentos, palestras e eventos apoiados pela entidade;

- Favorecimento da correta avaliação e do desenvolvimento de novas tecnologias, sendo elo de discussão e suporte de ações junto a órgãos reguladores, universidades e agências governamentais;

- Criação de grupos técnicos e comitês que sejam responsáveis pela identificação dos temas prioritários do setor e pelos estudos avançados de questões técnicas e de mercado;

- Criação do único Programa Interlaboratorial para Fertilizantes Líquidos, que tem como objetivo elevar o desempenho dos laboratórios de análise, visando gerar processos de controle de qualidade cada vez mais eficazes e com maior segurança para os consumidores;

- Fornecimento de informações de mercado atualizadas do perfil e do comportamento do mercado de tecnologia em nutrição vegetal para melhor guiar as tomadas de decisão das empresas associadas. O Anuário Brasileiro de Tecnologia em Nutrição Vegetal, já na sua quarta edição, e a Pesquisa Interna são exemplos de qualidade dessas iniciativas.

Enfim, nos seus Fóruns bianuais e na comunicação cotidiana, a entidade enfatizou, constantemente, o caráter singular da comercialização dos fertilizantes especiais, no sentido de requerer o envolvimento de engenheiros, técnicos e químicos capacitados. O motivo vem da necessidade de desenvolver um trabalho de orientação e até de convencimento do produtor rural sobre as potencialidades dessa tecnologia para aumentar a produtividade das diferentes lavouras. ■

CRESCIMENTO PARA 2018

A indústria brasileira de insumos voltados para nutrição vegetal, especializada na produção de fertilizantes especiais, projeta um faturamento da ordem de R$ 7,6 bilhões para 2018. Este resultado, se confirmado, representará um crescimento de 19% sobre os R$ 6,3 bilhões registrados em 2017.

Responsável pela geração de 18.600 empregos diretos, o setor reúne um total de 514 empresas. Em termos de investimento, as empresas deverão manter a média anual da ordem de 4,2% de seu faturamento bruto aplicada em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para o aprimoramento da produtividade do agronegócio brasileiro. Trata-se de um dos mais expressivos percentuais destinados a investimento e P&D da indústria brasileira.

Base para a elaboração do Anuário Brasileiro de Tecnologia em Nutrição Vegetal, a pesquisa revelou que, em 2017, 56% das empresas do segmento de nutrição vegetal indicaram ter um faturamento anual abaixo de R$ 5 milhões, enquanto 4% delas apontaram ter uma receita bruta que superava os R$ 110 milhões por ano.

Por tipo de produto, o estudo apontou que 275 das empresas pesquisadas atuavam no segmento de fertilizantes organominerais, enquanto 238 delas produziam fertilizantes foliares. Em relação ao tempo de existência das empresas, o levantamento indicou que a idade média das indústrias de tecnologia em nutrição vegetal é de 17 anos, sendo que 33% das empresas têm mais de vinte anos e 20% menos de cinco.

Em termos de volume produzido, o levantamento constatou que, em 2017, estima-se a venda total de 2,2 bilhões de litros de produtos de tecnologia de nutrição vegetal.

Já os produtos de tecnologia de nutrição vegetal sólidos foram medidos em toneladas e, no caso dos substratos para plantas, em metros cúbicos. Com essa alteração, estima-se a venda de 6,2 milhões de toneladas de fertilizantes orgânicos, organominerais, condicionadores para solo e fertilizantes foliares sólidos.

No tocante à composição dos custos do setor, a Abisolo verificou que o valor pago pela matéria-prima continua sendo o principal item nos custos de produção das indústrias de nutrição vegetal, representando, em média, 42% do total. Cerca de 36% desta matéria-prima utilizada foram importados. Por fim, no tocante às fontes de insumos utilizados no segmento, o estudo mostrou que 32% deles têm como origem a indústria extrativista, 34% provêm de resíduos industriais e 32%, de resíduos agropecuários.

BIOMAX®
premium

O INOCULANTE
LÍDER
DE MERCADO

O INOCULANTE LÍDER DE MERCADO

- *Inoculante com a maior concentração de bactérias do mercado;*
- *Elevado fornecimento de N a baixo custo;*
- *Qualidade comprovada no campo,*
- *Garantia de maior produtividade.*



Biosoja
Agrociência

VITTIA
GRUPO

www.biosoja.com.br

DUAS GRANDES EMPRESAS COM O MESMO **DNA**

No primeiro semestre desse ano, o mercado brasileiro de nutrição de plantas, fisiologia vegetal e tecnologia de aplicação, ganhou um novo player de referência mundial no mercado Agro, o Grupo Europeu **Origin Enterprises PLC**.

A **Origin** associou-se com a **Fortgreen**, uma empresa nascida em 2004 na região Sul do Brasil, com atuação em todo território nacional e Paraguai, conta com mais de 110 distribuidores, subdivididos em 311 pontos de vendas e com uma equipe de mais 70 profissionais no campo.

O **DNA Fortgreen** é imutável. Seus valores na sustentabilidade, confiabilidade, inovação, espírito de equipe, performance e o seu compromisso com a rede de distribuição, são as suas bases e princípios, sendo estes a sua marca. Esses valores são reconhecidos pela **Origin** como determinantes para uma relação saudável e de longevidade entre distribuidor-fornecedor.

A **Origin** é um grupo focado na distribuição de insumos agrícolas, prestação de serviços e industrias misturadoras de fertilizantes, detendo a liderança nesse segmento nos países: Irlanda, Inglaterra, Polônia, Romênia, Ucrânia e recentemente iniciou suas atividades na Bélgica.

Origin Enterprises detém 11 empresas com diferentes marcas, emprega mais de 2.300 colaboradores e conta com mais de 46.000 clientes no continente europeu e obteve um faturamento em 2016 de aproximadamente R$ 6,7 bilhões. Suas ações estão listadas nas bolsas de valores de Londres/Inglaterra e Dublin/Irlanda.

Temos a convicção que essa associação proporcionará maior intercâmbio tecnológico, favorecendo a internacionalização das tecnologias produzidas pela **Fortgreen** para todos os continentes.

Na atualidade o mercado agrícola brasileiro é o mais importante do mundo e a expansão das atividades no Brasil para a **Origin** é um passo estratégico, para que a mesma se consolide como um player global no desenvolvimento, produção e distribuição de insumos agrícolas.

Sumário Executivo: A Indústria de Tecnologia em Nutrição Vegetal no ano de 2017

ANO DE **2017**

R$ 6,36 BILHÕES FATURADOS

*previsão de crescimento de **19% para 2018***

Matéria-Prima representa na *média geral* **42%** dos gastos *da indústria*

do total *em média* **36%** **é importada**

265 milhões *investidos em* PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

514 *empresas ativas* e *registradas* com **569** *unidades produtoras*

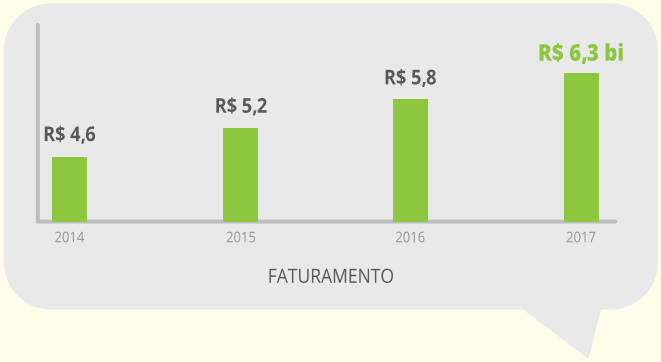
56% das empresas faturam menos que **R$5 milhões/ano**
4,3% *faturam acima de* **R$ 90 milhões/ano**

gerou **18,6 mil** *empregos*

crescimento de **9%** *nos empregos* em 2017

soja ***é a principal cultura*** *representa* **46%** *das vendas do setor*

25% *das vendas* do setor são para **São Paulo**



Fertilizante Foliar	*Organominerais*	*Condicionadores de solo*	*Fertilizantes Orgânicos*	*Substrato para Plantas*
70,8%	**11,9%**	**9,8%**	**4,3%**	**3,2%**

EMPRESAS **ASSOCIADAS À ABISOLO**



SHUTTERSTOCK



FIXAÇÃO BIOLÓGICA DE NITROGÊNIO

IMPORTÂNCIA DOS INOCULANTES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

JOSÉ ROBERTO PEREIRA DE CASTRO
Presidente da Associação Nacional dos Produtores e Importadores de Inoculantes (ANPII)

SOLON ARAUJO
Consultor da ANPII

A INOCULAÇÃO é um dos mais importantes fenômenos da natureza, responsável pelo aporte de nitrogênio, o nutriente necessário em maior quantidade para os vegetais. Ela tornou-se, também, uma das tecnologias vitais para a produção agrícola. Durante séculos, essa foi a forma de tornar o nitrogênio do ar disponível para o sistema solo-planta. Junto com a fotossíntese, forma a dupla responsável pela vida no planeta Terra.

A partir do final do século XIX, a Química Industrial começou a produzir compostos nitrogenados, que também passaram a ser utilizados como fertilizantes nas lavouras.

Pelas suas características únicas, a Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) tornou-se a principal fonte de nitrogênio das leguminosas. A simbiose entre planta e microrganismos passou a ser a tecnologia mais rentável para o agricultor, com uma relação custo-benefício única no cenário agrícola.

Como dispensa o uso de fertilizantes nitrogenados na cultura de soja, a FBN gera uma diminuição da importação de tais fertilizantes. Isso representa uma economia anual de divisas para o País da ordem de US$ 7 bilhões a US$ 10 bilhões, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Cada 1 quilo de fertilizante nitrogenado, desde a produção até chegar à lavoura, gera em torno de 10 quilos de gases do efeito estufa (GEE). Imagine se tivéssemos de usá-lo nos 34 milhões de hectares de soja plantados no País; as metas do Brasil assumidas no Acordo de Paris para reduzir a emissão de GEE estariam comprometidas.

EFICÁCIA DA FBN

Como única fonte de nitrogênio na cultura de soja, caminhando também para a de feijão, uma conjunção de ações foi coordenada. Hoje, mais de 80% dos agricultores utilizam os inoculantes, o insumo fornecedor da bactéria para a conversão do nitrogênio em formas assimiláveis pelas plantas.

Os trabalhos de pesquisa mostraram grande competência na seleção de cepas de bactérias de alta eficiência. O Brasil conta, há muito tempo, com um material genético microbiano de elevada qualidade. O País pode fornecer a quantidade de nutriente necessária para as elevadas produtividades da soja.

Na sojicultora, o melhoramento foi desenvolvido para dar resposta ao nitrogênio biológico, e não ao fertilizante nitrogenado, de modo que o material genético seja altamente responsivo ao uso de inoculante.

Ao acompanhar a marcha da soja para produtividades cada vez maiores, as empresas produtoras de inoculante capacitaram-se para entregar ao agricultor o insumo biológico com elevados padrões de qualidade. Esses produtos passaram a compor um pacote tecnológico de elevada eficiência para a leguminosa produzir acima de 5 toneladas por hectare.

Quem deseja atingir altos níveis de produtividade não pode deixar de utilizar o inoculante. Para o máximo fornecimento de nitrogênio, o aporte dos demais insumos, inclusive os micronutrientes molibdênio e cobalto, é essencial, junto com a bactéria.

PSEUDOPRODUTORES DE BIOLÓGICOS

Pode-se pensar que tudo é um mar de rosas no negócio da FBN. Infelizmente, ainda existem, no País, bolsões de aproveitadores e tiradores de vantagem. São os casos dos *kits* para produção "caseira" (ou "*on farm*") de inoculantes e de outros produtos biológicos.

Tarefa altamente tecnificada, a produção empresarial de inoculantes, além de pessoal capacitado, requer câmara para esterilização a 121 ºC e todo o aparato para a microbiologia industrial.

A pseudoprodução de insumos biológicos nas fazendas utiliza equipamentos rudimentares, como simples caixas ou simulacros de fermentadores, sem nenhuma esterilização. Faltam controle de qualidade e padrões mínimos para a obtenção de produtos minimamente eficientes. Os agricultores pensam estar fazendo economia, mas, na realidade, estão sendo enganados e prejudicados.

Ao ser considerado para uso próprio, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) não possui poder para fiscalizar esse tipo de falsa produção. Embora haja notícias de vendas feitas por baixo do pano, a falta de comprovação impede a fiscalização. Desta forma, o agricultor fica desamparado, sendo ludibriado e perdendo produtividade.

Essa prática significa um atraso brutal no panorama de elevada tecnologia atingido pela FBN no Brasil, que serve de modelo para vários países.

No monitoramento dessa nefasta atividade, a Embrapa, na Circular Técnica nº 239, de 11 de julho último, intitulada "Riscos à Produção de Biopesticida à Base de *Bacillus thuringiensis*"*, apresenta uma relevante conclusão que serve de alerta: "As amostras de Bt produzidas em sistema '*on farm*' em propriedades rurais no Mato Grosso apresentam-se contaminadas por diferentes espécies de bactérias. O produto mostra-se inadequado para uso como biopesticida e apresenta risco de contaminação para humanos e animais.".

Desta forma, é urgente que os agricultores se informem devidamente sobre os riscos dessa pseudotécnica, que não só diminuirá a produtividade, como poderá ser fonte de riscos para sua lavoura e pessoas envolvidas no processo. ■

* Publicação dos pesquisadores Fernando Hercos Valicente, Ubiraci Gomes de Paula Lana, Ana Clara Pimenta Pereira, Jessica Letícia Abreu Martins e Amanda Naye Guimarães Tavares

VIII Congresso ANDAV
Fórum & Exposição

13 - 15 DE AGOSTO 2018
Transamerica Expo Center
São Paulo | SP

Visite o **VIII Congresso ANDAV – o encontro da Distribuição de Insumos Agropecuários –** e confira as novidades de mais de 70 marcas expositoras:

- Soluções para Agricultura de precisão e Automação Comercial;
- Defensivos e Fertilizantes;
- Nutrição animal e foliar;
- Saúde animal;
- Sementes;
- Serviços para Gestão da Distribuição;
- Agentes financeiros.

PROGRAMAS DE CONTEÚDO

MULHERES DA DISTRIBUIÇÃO ANDAV — GRATUITO

Palestras com foco em liderança, sucessão e desenvolvimento profissional.

Fórum ANDAV — VAGAS LIMITADAS

Conteúdo altamente qualificado e focado nas necessidades do setor de distribuição.

EDUCANDAV — VAGAS LIMITADAS

Programa de Treinamento voltados para técnicos, executivos e responsáveis das áreas de vendas e marketing, atendimento ao cliente e TI.

FAÇA O SEU CREDENCIAMENTO ONLINE GRATUITO. ACESSE:

www.**congressoandav**.com.br



Patrocinador Master: syngenta

Patrocinador Bronze: CORTEVA agriscience

Realização: ANDAV

Organização: CLARION EVENTS

MEDIDA PROVISÓRIA DO FRETE NA PAUTA DO SUPREMO

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



A DECISÃO do governo federal de tabelar os fretes rodoviários, com a edição da Medida Provisória (MP) nº 832/18, após a greve dos caminhoneiros, em maio, foi, no mínimo, equivocada, pois as sequelas econômicas e os desdobramentos dessa providência não foram mensurados e devem impactar seriamente as contas do agronegócio.

O texto final aprovado pelos deputados e pelos senadores, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 20/18, aguarda a sanção presidencial. A expectativa é de que o presidente Michel Temer sancione o texto até 14 de agosto.

Desta forma, os preços mínimos do frete deverão refletir os custos operacionais do transporte rodoviário de cargas, incluindo os custos de óleo diesel e pedágios, a partir de uma tabela de referência a ser regulamentada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Um dos pontos contestados é a aprovação da natureza vinculativa dessa tabela, ficando proibida a celebração de qualquer acordo individual ou coletivo que represente prática de fretes em valores inferiores e sujeitando os contratantes ao pagamento de indenização ao transportador caso desrespeitem o valor mínimo.

Ao setor produtivo rural, esgotadas as negociações no campo político, não restou outra solução senão ingressar com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade da MP, por violar a livre iniciativa. O relator da ação, o ministro Luiz Fux, deve realizar uma nova audiência de conciliação em 27 de agosto, antes de proferir a sua decisão sobre a legalidade da MP.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) já enviou parecer ao STF contrário à criação da tabela de fretes, no qual avaliou que ela pode criar um cartel no setor de transportes e gerar efeitos negativos para o consumidor, que arcará com os aumentos de preço dos alimentos decorrentes de tal medida. Para o órgão, tabelar os preços de fretes prejudica o mercado e a livre concorrência, configurando-se como uma infração à ordem econômica passível de condenação.

O produtor rural e a sociedade não podem assumir o custo de uma proposta tão eivada de inconstitucionalidades. Experiências já demonstraram que o tabelamento de fretes fere o princípio constitucional da livre concorrência e que, se ele for mantido, irá impactar o mercado de fretes do agronegócio, encarecer o transporte e o preço dos insumos e reduzir a competitividade do setor.

Há um consenso entre especialistas da área de que os impactos negativos da tabela de fretes não se limitam ao campo, pois, com a concorrência inibida, o aumento dos fretes produzirá efeitos inflacionários e, assim, atingirá o consumidor.

Em face da interferência direta dessa questão na produção e na produtividade das atividades agrícolas, impactando os custos logísticos e a renda dos produtores, o setor rural aguarda por uma decisão judiciosa do STF, capaz de harmonizar essa importante questão e que garanta as seguranças jurídica e alimentar. ■

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A IMPORTÂNCIA DOS DEFENSIVOS PARA A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SEGUROS

FABRÍCIO ROSA

Diretor executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) e consultor da Câmara Setorial da Soja do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

A COMISSÃO especial destinada a emitir parecer sobre uma nova lei de defensivos agrícolas foi palco de discussões acaloradas nas últimas semanas. Ficou claro como Organizações Não Governamentais (ONGs), deputados de esquerda e parte dos funcionários de órgãos federais atuam não com conhecimento de causa, nem com dados científicos, mas ignorando totalmente a realidade da produção rural do País.

Os defensivos agrícolas, chamados de pesticidas pelas outras nações, nada mais são do que remédios para plantas. Alguns são vendidos em farmácias como medicamentos. Esses produtos são perigosos? Sim. Mas, trazem riscos para a vida das pessoas da forma como são usados no País? Não.

Quem afirmam isso são o MAPA e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que registram esses produtos dentro de critérios de dose e aplicação de maneira que não ofereçam riscos à saúde das pessoas. E fazem mal ao meio ambiente? Não. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) os registra, todos os anos, como seguros se usados adequadamente.

Tem sido dito, também, que queremos, com isso, registrar produtos mais tóxicos e que os outros países já não usam mais. É justamente o oposto. Ao longo dos últimos quarenta anos, os produtos usados na agricultura ficaram 160% menos tóxicos e a dose de ingrediente ativo aplicada por hectare caiu mais de 80%.

O Brasil é um dos países mais lentos para registrar um produto novo para defesa vegetal nos seus órgãos oficiais. Mas, por que o registro demora até oito anos? Porque o critério que a lei atual definiu para deferir ou indeferir o registro é subjetivo.

Hoje, o Brasil usa o critério do perigo para dizer se pode ou não registrar o produto. Todos sabem que o exame de raio X apresenta riscos de provocar alterações genéticas, mas é uma tecnologia aprovada e usada no mundo todo. O *botox*, uma das substâncias mais perigosas do Planeta e da qual apenas 30 gramas matariam metade da população brasileira, foi aprovado para aplicação em nanogramas na face das pessoas. Pelo critério do perigo, nenhuma dessas tecnologias teria sido aprovada, mas, pela avaliação dos riscos, de acordo com condições preestabelecidas, toda a humanidade pode beneficiar-se delas. Por isso, precisamos usar um critério técnico e claro para o uso dos defensivos.

Outro problema é a burocracia. Para registrar um produto, uma empresa abre um processo no MAPA, um na Anvisa e um no Ibama, estes dois últimos sem levar em consideração a realidade e os prazos da agricultura brasileira. O Projeto de Lei propõe a informatização do processo de registro, em uma fila única com prazo de 24 meses para avaliar (e não registrar) o produto.

Infelizmente, gestores anteriores da Anvisa deram declarações distorcendo os dados do relatório do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) – divulgado em novembro de 2016 pela própria Agência –, dizendo que os alimentos estavam contaminados com agrotóxicos e que se podia concluir que se utilizavam produtos de forma excessiva. Recomendamos, portanto, a leitura do último relatório do PARA, segundo o qual, das amostras analisadas, 99% estavam em conformidade, ou seja, não apresentavam risco à saúde dos consumidores. ■

DIÁRIO DE BORDO

AÇÚCAR SEM DOÇURA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

O SETOR sucroenergético passa por um momento bastante delicado, por diversas razões.

A primeira está relacionada com o mercado: a oferta mundial de açúcar cresceu muito com o aumento da produção asiática. Só a Índia aumentou a sua produção de 27 milhões para 35 milhões de toneladas em pouco mais de um ano, e com subsídios elevados. A Tailândia também subsidiou os seus produtores (e continua subsidiando), o que ajuda a aumentar os estoques. Esse protecionismo tem uma dupla ação negativa para nós: por um lado, derruba os preços internacionais do produto com o aumento da oferta que provoca; por outro lado, embora os seus produtores não sejam afetados por essa queda, por estarem protegidos pelos subsídios, nós somos.

O pior foi a rapidez dessa mudança: em dois anos completos, saímos de uma demanda maior do que a oferta – o que aumentou os valores do produto – para uma oferta maior do que a demanda – com efeito contrário. Os bons resultados daquele curto período não foram suficientes para recuperar um setor duramente castigado pela famigerada política de contenção de preços da gasolina adotada pelo governo anterior para conter a inflação. E, com os preços de açúcar agora baixos e os estoques mundiais elevados, a crise permanece.



Não bastasse isso (e esta é a segunda das razões), uma seca inclemente abateu-se sobre o Sudeste neste ano, especialmente sobre o estado de São Paulo, maior produtor nacional de cana, derrubando a produção da gramínea. Na safra passada, a região Centro-Sul produziu 596 milhões de toneladas de cana, e a atual deve ficar por volta de 550 milhões, uma redução significativa de 40 milhões a 50 milhões de toneladas!

Com os preços baixos do açúcar (e a possível escalada de preços do petróleo), a indústria optou por fazer uma safra mais alcooleira. Desta forma, 64% dessa menor safra canavieira do Centro-Sul serão destinados à produção de etanol, e apenas 36% à de açúcar. Para se avaliar o que isso significa, no ano passado a relação foi de 55% para etanol e 45% para açúcar. A seca tem um lado positivo, que é o aumento dos Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) da cana: no ano passado, a média de ATR foi de 136 e, neste ano, deverá alcançar 140/141. Mas, esta diferença não compensa a enorme queda agrícola em toneladas.

Por fim, a terceira razão foi a greve dos caminhoneiros em maio, que provocou uma redução da moagem de cana em 13 milhões de toneladas durante a parada e que impediu a saída de etanol produzido nas usinas, de modo que o faturamento destas caiu exatamente durante a safra, aumentando os estoques do produto na origem e pressionando para baixo os preços quando a greve acabou – todas tinham que esvaziar os seus tanques.

Mesmo assim, os especialistas acreditam que os preços do etanol podem ficar uns 20% acima dos do ano passado, mitigando os enormes prejuízos do setor. Mas, a crise continua, com muitas unidades industriais encontrando-se "mal das pernas". E a corda pode estourar do lado mais fraco: os fornecedores de cana. A única esperança é a rápida implementação do RenovaBio, programa governamental que dará previsibilidade ao setor, permitindo a retomada de investimentos tão necessários a um importante segmento que gerará empregos e ajudará o País a cumprir o seu compromisso com a COP-21, de reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 43% até 2030 com base nas emissões de 2005. ■

PRODUZIR

NOVO DESAFIO PARA O PECUARISTA BRASILEIRO

TERESA VENDRAMINI

Diretora do Departamento de Pecuária da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A PECUÁRIA brasileira atravessa um período de desafios e incertezas. Se não bastasse a crise de integridade gerada pela operação Carne Fraca no início do ano, o setor depara-se, agora, com mais uma séria ameaça ao seu padrão competitivo. Está em discussão, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), o Projeto de Lei nº 31/18, que proíbe, no estado, o embarque de animais vivos no transporte marítimo com finalidade de abate para consumo. A medida, fundamentada em uma ideologia populista, tira do trabalhador rural a oportunidade de aproveitar os benefícios de um mercado em franca expansão.

Só de janeiro a maio deste ano, a exportação de gado vivo rendeu a São Paulo R$ 45,5 milhões, valor 53% superior ao registrado no estado em 2017. Em todo o País, foram exportados, no ano passado, 400,7 mil bovinos, resultando em um faturamento de US$ 269,6 milhões. Além do produtor rural, esse mercado impulsiona, também, a atividade daqueles que trabalham com sementes, genética, suplementos minerais, medicamentos veterinários e fertilizantes. Os ganhos são para toda a cadeia e, certamente, chegam até o consumidor final.

Representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e defensores do bem-estar animal aglomeram-se pelos corredores da Alesp. Trajando preto e carregando cartazes, alegam crueldade no embarque dos bois. Sempre aberto a críticas, o nosso setor está disposto a dialogar com civilidade, desde que o debate seja pautado por critérios técnicos, sem ceder a um ativismo nutrido por *fake news*.

Na era das informações deturpadas, é comum que deputados queiram tirar proveito de temas com grande apelo popular para buscar notoriedade em um ano eleitoral. Por isso, convidamos os parlamentares da Alesp e representantes das ONGs para conhecerem de perto o trajeto dos animais, desde a fazenda, passando pelo transporte nos caminhões, até o embarque no navio.

Cabe ressaltar que a exportação de animais vivos no País já é regulamentada em âmbito federal, respeitando normas da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). A Instrução Normativa (IN) nº 10, que rege o Regulamento Técnico para exportação de ruminantes vivos, é rigorosamente fiscalizada pelos órgãos competentes.

A SRB e outras associações do agronegócio estão comprometidas a trabalhar ativamente ao lado dos produtores rurais. Pecuaristas estão empenhados em desenvolver e aprimorar as técnicas de manejo e bem-estar animais. Para isso, precisamos mitigar o grave cenário de insegurança jurídica que afeta toda a cadeia produtiva, prejudicando a competitividade do agronegócio brasileiro e impondo custos mais altos para o consumidor.

Com esse episódio, passei a, finalmente, acreditar na possibilidade de união das entidades de classe, dos pecuaristas e dos demais representantes da cadeia produtiva. É com essa convergência de ideias e de forças que vamos conseguir combater os ataques ideológicos. Responderemos acusações extremistas com informações acessíveis e de qualidade, permitindo que a sociedade conheça os esforços do agronegócio em prol do bem-estar animal. Para nós pecuaristas, nada melhor do que mostrar aos nossos compradores e consumidores a eficiência em produtividade, a aptidão tecnológica e a responsabilidade ambiental que oferecemos a eles. Unidos, colocaremos o Brasil na rota das oportunidades de um dos segmentos mais promissores da pecuária. ■



OPINIÃO

EM DEFESA DA CIÊNCIA: COMBATENDO O TEATRO DO ABSURDO

ARNALDO JARDIM
Deputado federal (PPS/SP) e ex-secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

TEMOS VIVIDO um verdadeiro teatro do absurdo, com legisladores trabalhando contra o que é cientificamente comprovado e recomendado usando dados absurdos ou *fake news*, produzidas por entidades e ativistas que tentam restringir atividades do agronegócio brasileiro e podem impactar seriamente os resultados do setor.

Tentam proibir a pulverização aérea de agroquímicos, tão necessários para culturas como arroz irrigado, cana-de-açúcar e soja, para as quais a velocidade e a precisão das aeronaves são imprescindíveis, reduzindo a destruição de parte do plantio e evitando a disseminação de doenças.

A proibição da caça dos javalis, que causam problemas a 320 municípios paulistas, sem a menor discussão técnica ou consulta à sociedade, sob o falso pretexto de proteção à fauna e à biodiversidade, é altamente danosa. Destruidores de nascentes, áreas de preservação ambiental e plantações diversas, tais animais atacam o homem e podem transmitir a febre aftosa, num momento em que estamos lutando para retirar a vacinação.



Apesar da pesquisa e do ensino na área de confinamento, proibir o embarque de animais vivos é um acinte à inteligência. Se aprovado, o projeto impactará exportações de US$ 280 milhões por ano num mercado que chega a US$ 8 bilhões no mundo, no qual concorremos com Europa, Canadá, Austrália e México.

A tentativa de inviabilizar o Projeto de Lei que moderniza a legislação dos agrotóxicos condenará o País a usar moléculas caras e antiquadas e enfrentar o aumento de custos e riscos, prejudicando a competitividade internacional e aumentando o perigo de contaminações.

Agindo por espontaneísmo, ingênuo ou bem articulado, há uma verdadeira luta entre Ciência (pesquisa, mensuração de resultados e conhecimento aplicado) e uma quase religião com dogmas estabelecidos sem fundamentação. Devemos prestigiar a inteligência agronômica e biológica existente nos institutos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, nas universidades e na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O avanço da Ciência e da tecnologia particularmente na produção agropecuária traz resultados, cria condições para o bem-estar animal e diminui os impactos ambientais. O Brasil tem as produções agrícola e de proteína animal mais sustentáveis do mundo, utilizando menos de 10% do seu território, com a maior área preservada de vegetação no mundo. Incorporamos práticas de bem-estar animal no manejo das criações e estabelecemos as regras de conservação do solo. A agropecuária brasileira pode ser, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a resposta para a necessidade de mundial de alimentos em 2050.

O País não pode dar as costas aos avanços científicos, ao conhecimento! Não pode apoiar-se em dogmas e negar o saber. São Paulo é referência em agropecuária tropical, e nos orgulhamos de produzir conhecimento que é exemplo internacional e que permite que o País seja líder na exportação de carnes, café, açúcar, soja, suco de laranja e tantos outros produtos.

É necessária a defesa da Ciência, da evolução do conhecimento que garante melhor qualidade de vida, permitindo a todos viverem melhor. Contra o obscurantismo, a Ciência! ■

OPINIÃO

DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS: MAL A SER COMBATIDO

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

O DESPERDÍCIO de alimentos no Brasil tem números absurdos! Todos os dias, 41 mil toneladas de alimentos são desperdiçadas, segundo pesquisa do Instituto Akatu (2016), o que o coloca entre os dez principais países que mais desperdiçam comida, de acordo com o World Resources Institute (WRI). Com esse volume, 25 milhões de pessoas poderiam ser alimentadas todos os dias, estima estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE).

O mais alarmante é que 15% dessa perda acontecem durante o transporte e a armazenagem, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Outra percepção numérica estarrecedora é a de que cerca de um terço (1,3 bilhão de toneladas) de todo alimento produzido é desperdiçado ou perdido em todo o mundo, num prejuízo de cerca de US$ 940 bilhões por ano, ou cerca de R$ 3 trilhões.

Entre os produtos, frutas, hortaliças, raízes e tubérculos são os mais descartados: quase metade do que é colhido é jogada fora, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Entre cereais, o desperdício é de 30% e, entre pescados, carne de gado e produtos lácteos, chega a 20%.

No entanto, o desperdício vai além. O descarte permeia toda a cadeia – passa por campo, indústria, logística e varejo e chega ao consumidor. Existe o desafio estrutural, referente à cadeia de distribuição, e o desafio comportamental, do consumidor. O maior problema no Brasil está na logística de armazenagem e transporte, como apontado anteriormente.

A produção não é a única "responsável". O consumidor é muito exigente em relação à estética dos alimentos. Rejeita frutas ou legumes feios, que podem ser consumidos normalmente. Isso não só acarreta o descarte após a avaliação do consumidor, mas também antes mesmo de chegar à gôndola, pois o empresário já sabe que esses produtos não serão vendidos, potencializando a cadeia do "desperdício" e o aumento de custos.

E mais: o brasileiro tem a cultura da "fartura", o que agrava o problema. Não somos acostumados a calcular bem o que compramos para não desperdiçar nada e mandamos muita comida boa para o lixo. Além das calorias e dos nutrientes, são desperdiçados valores ambientais, sociais e culturais. Utilizamos água, energia, terra, logística e trabalho. Por outro lado, existem mais de 7,2 milhões de pessoas afetadas pela fome no Brasil.

Na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, temos atuado em várias frentes para reduzir isso. Há publicações, por exemplo, de como aproveitar integralmente os alimentos; há cursos desenvolvidos por vários órgãos. Mas, essa preocupação com a infraestrutura sempre é levada a instâncias superiores no Estado, em busca de melhorias.

É fundamental uma conscientização sobre o desperdício, pois não só interfere no meio ambiente, mas em toda a economia. A cadeia do desperdício gera prejuízo para produtores e varejistas, e é claro que essa margem de perdas é repassada para nós consumidores. Em longo prazo, reduzir o desperdício também reduzirá o custo, dando acesso a alimentos mais baratos e possibilitando o atendimento do crescimento da demanda mundial por alimentos, já que a população cresce 1 bilhão de pessoas a cada 12,5 anos. A luta contra o desperdício de alimentos é uma obrigação de todos! ■



morya.

sicredi.com.br



Somos o Sicredi e para tudo que a sua propriedade rural precisar, você pode contar com a gente. Nosso compromisso é estar ao seu lado. Por isso, oferecemos os produtos e serviços financeiros que ajudam no seu crescimento, sempre de um jeito mais próximo e descomplicado.

*Abra uma conta com a primeira instituição financeira **cooperativa** do Brasil.*

Sicredi

Seguros intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi. Verifique se o crédito consultado cabe no seu orçamento. Crédito sujeito à análise e aprovação.
SAC Sicredi: 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala:** 0800 724 0525. **Ouvidoria Sicredi:** 0800 646 2519.

REFLEXÃO

PONDERAÇÕES

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Nunca se mente tanto como antes das eleições, durante uma guerra e depois de uma caçada.

Otto von Bismarck

OUTUBRO E as eleições gerais vêm chegando rapidamente, ainda com candidatos indefinidos e com levantamentos de votos potenciais indicando larga vitória de brancos e nulos. A esquerda desunida, o centro disperso e a direita consolidada são as posições que se tem até agora. Com um dos pretensos candidatos preso, os números mostram possivelmente um dos mais frágeis quadros de possibilidades que se vê desde 1989. Chega a lembrar muito aquele ano!

Na esteira de debates com muitos pré-candidatos, foi abordada a questão do agronegócio. Pode-se perceber que há posições desconfortáveis de alguns e objetivas de outros, mas sempre sem se levar em consideração o que a macroeconomia e as reformas significariam e qual o seu impacto para esse setor tão dinâmico da economia brasileira. Um exemplo claro disso é que se sabe que, desde 2007, há uma crescente correlação entre os preços do petróleo e os das *commodities* agrícolas. Deste modo, o que acontece com a política de preços de energia tem relação forte com os preços dos alimentos ou de óleos vegetais, por exemplo. Quando questionados sobre o que fariam com a política de preços da Petrobras, as respostas vieram de acordo com as posições ideológicas de cada um, mas sem nenhum plano concreto.

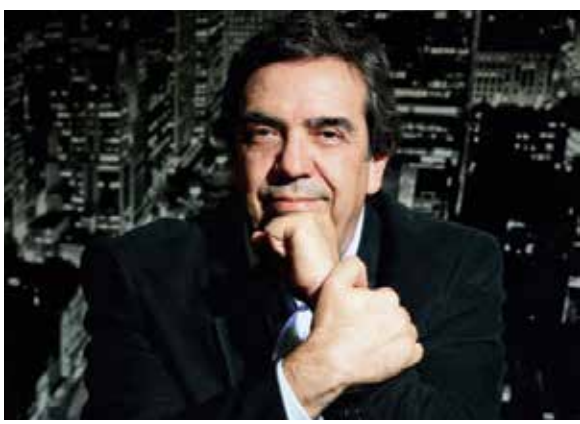
Há os que defendem o Estado forte, mas enxuto e com foco no que é essencial, e há os que defendem o *status quo*, ainda que com aperfeiçoamentos. Nessa visão, tem-se a ideologia de controles *versus* a do mercado, o discurso da segurança armando a população *versus* o de longo prazo, com melhor educação, e assim por diante.

Voltando aos votos brancos e nulos, que podem ter um peso significativo nessas eleições, vale lembrar Platão, que disse que "não há nada de errado com aqueles que não gostam de política; simplesmente serão governados por aqueles que gostam".

Essa eleição ocorre em um momento de consolidação do protagonismo brasileiro nos campos da segurança alimentar global e das ações de mitigação das emissões de CO_2 graças ao agronegócio e à redução do desmatamento. Trata-se, portanto, de um caminho natural no importante espaço geopolítico para o Brasil representado pela oferta de alimentos, rações, fibras, borracha e energia renovável ao mundo cada vez mais limitado a áreas viáveis à oferta destes produtos.

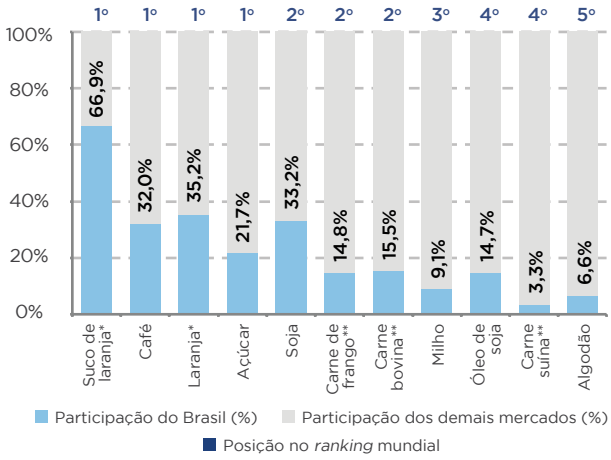
Enquanto isso, nessa terra da liberdade, cozinheiros são especialistas em pesticidas, juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) coordenam tabelas de fretes com preço mínimo e prisioneiros com sentenças que somam mais de trinta anos são libertados sem reação dos juízes de primeira e segunda instâncias. Além disso, a ansiedade de conhecer os pré-candidatos gerou a antecipação informal da campanha atual, o que vai contra a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). E daí?

Em meio a esse emaranhado, vem acontecendo um trabalho coordenado com a participação das entidades de classe. O agronegócio entregará aos candidatos um plano de Estado com a visão do todo, das suas relações, do que é prioritário e do que é urgente. Este trabalho será debatido no 17º Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), da ABAG e da B3, em que os focos são exatamente a relevância do que será o Brasil nos próximos anos e a sua presença no mercado internacional. ■



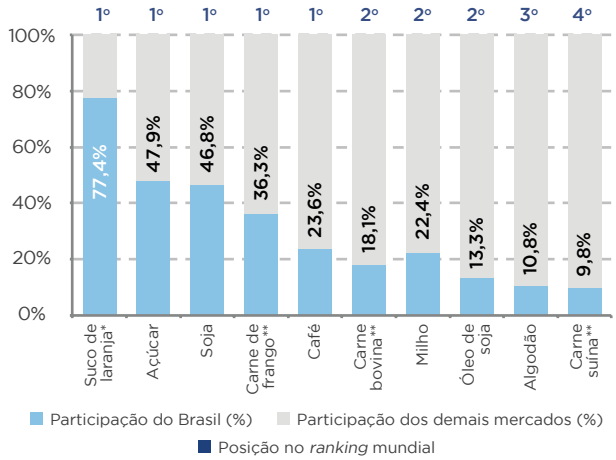
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



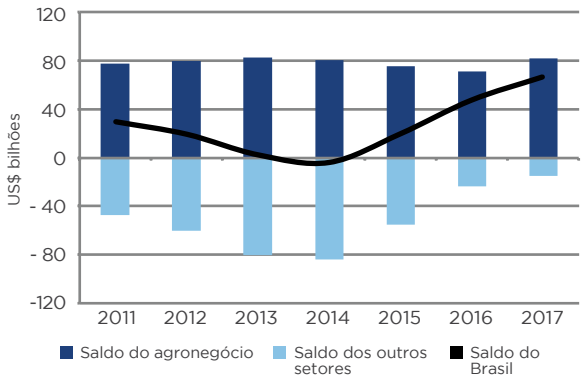
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



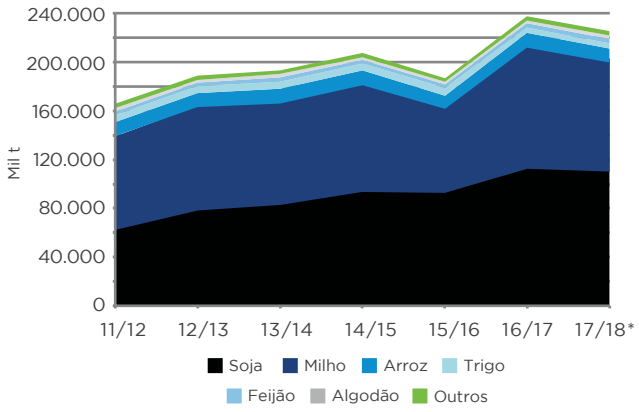
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



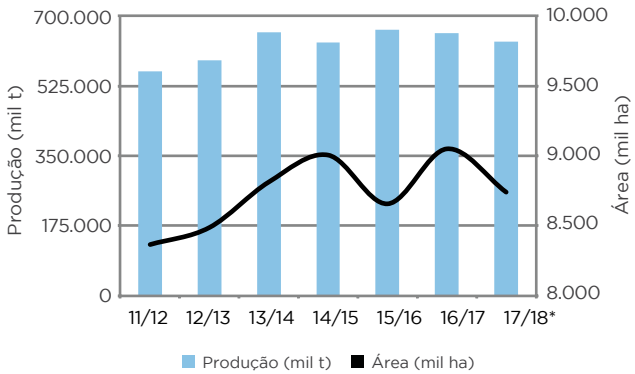
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



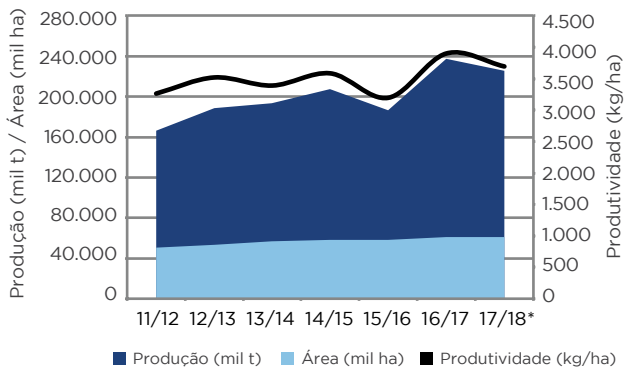
* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em fevereiro de 2018
Fonte: Conab